

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	3
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	5
1.5 Principais clientes	8
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	9
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	12
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	13
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	14
1.10 Informações de sociedade de economia mista	15
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	16
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	17
1.13 Acordos de acionistas	18
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	19
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	20
1.16 Outras informações relevantes	21
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	24
2.2 Resultados operacional e financeiro	31
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	35
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	36
2.5 Medições não contábeis	37
2.6 Eventos subsequentes as DFs	40
2.7 Destinação de resultados	41
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	43
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	44
2.10 Planos de negócios	45
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	48
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	49
3.2 Acompanhamento das projeções	50

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	51
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	64
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	65
4.4 Processos não sigilosos relevantes	68
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	86
4.6 Processos sigilosos relevantes	87
4.7 Outras contingências relevantes	89
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	90
5.2 Descrição dos controles internos	94
5.3 Programa de integridade	96
5.4 Alterações significativas	98
5.5 Outras informações relevantes	99
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	100
6.3 Distribuição de capital	111
6.4 Participação em sociedades	112
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	113
6.6 Outras informações relevantes	114
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	115
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	122
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	123
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	124
7.4 Composição dos comitês	133
7.5 Relações familiares	134
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	135
7.7 Acordos/seguros de administradores	136
7.8 Outras informações relevantes	137
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	138

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	140
8.3 Remuneração variável	144
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	145
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	146
8.6 Outorga de opções de compra de ações	147
8.7 Opções em aberto	148
8.8 Opções exercidas e ações entregues	149
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	150
8.10 Outorga de ações	151
8.11 Ações entregues	152
8.12 Precificação das ações/opções	153
8.13 Participações detidas por órgão	154
8.14 Planos de previdência	155
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	156
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	158
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	159
8.18 Remuneração - Outras funções	160
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	161
8.20 Outras informações relevantes	162
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	163
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	166
9.4 Outras informações relevantes	167
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	168
10.1 Descrição dos recursos humanos	170
10.2 Alterações relevantes	171
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	172
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	173
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	174
10.5 Outras informações relevantes	175
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	176
11.2 Transações com partes relacionadas	177
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	178
11.3 Outras informações relevantes	179
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	180
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	181
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	182
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	183
12.5 Mercados de negociação no Brasil	184
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	185
12.7 Títulos emitidos no exterior	186
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	187
12.9 Outras informações relevantes	188
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	189
13.1 Declaração do diretor presidente	190
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	191
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	192

1.1 Histórico do emissor

HISTÓRICO DO EMISSOR

A Companhia foi constituída como uma sociedade empresária, por cotas de responsabilidade limitada, em 01/08/1984, sob a denominação de *Minuano – Exportação, Participação e Administração Ltda.*, sediada na cidade de Lajeado (RS), tendo por objeto social o comércio de exportação, participação em outras sociedades e prestação de serviços de administração às sociedades controladas.

Em 14/09/1990, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre a transformação da sociedade em Companhia, sob a denominação de *Minupar Participações S/A*, deliberando a emissão de debêntures conversíveis em ações, integralmente subscritas pelos acionistas. Na oportunidade, os acionistas da Companhia Minuano de Alimentos, fundada em 1946, puderam optar pela troca das suas ações de emissão desta por ações de emissão de Minupar Participações S/A.

A transformação da sociedade empresária por cotas em sociedade por ações de capital aberto permitiu o ingresso de novos acionistas, aportando recursos para atender as necessidades financeiras necessárias para o seu crescimento.

Atualmente, a Minupar Participações S/A, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados a base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

ATIVIDADES PRINCIPAIS DESENVOLVIDAS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS

O emissor tem por objeto social principal a participação no capital de outras empresas, do mesmo modo que as controladas diretas Valepar S.A. e Sulaves S.A..

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil, além disso, a Companhia controlada tem habilitação para exportar para países localizados na África, Ásia, América do Sul, América Central e Oceania.

A Companhia Minuano concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo. A manutenção destas atividades é possível em razão de condições específicas do contrato, relacionadas à habilitação da empresa para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS).

As operações contempladas no mencionado contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NAS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Produtos e serviços comercializados

Produtos e Marcas

A controlada Companhia Minuano de Alimentos atua no setor de alimentos do mercado interno com a marca “Minu” e no mercado externo com as marcas “Minu”, “Royal”, “Minal” e “Saran”.

Os produtos são produzidos na unidade de industrializados localizada em Arroio do Meio – RS, com o seu portfólio de produtos composto por: salsichas, mortadelas, presunto, peito de frango defumado, linguiças defumadas, quitute de frango e pele frita.

Serviços de Industrialização

A controlada Companhia Minuano de Alimentos mantém contratos de prestação de serviços para terceiros nas unidades de Lajeado-RS (abatedouro); Arroio do Meio-RS (indústria de rações); Estrela-RS (Incubatório e produção de ovos férteis) e Bom Retiro do Sul-RS (recria de matrizes).

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor (em R\$ mil)

Segmento	2023
Industrializados	182.797
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	202.554
Total	385.351

Descrição	2023
Receita Líquida	368.066
% Participação sobre a Receita Líquida	
Industrializados	47,44%
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	52,56%

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, tendo em vista que algumas contas apresentadas nas demonstrações de resultado são calculados de forma consolidada, tais como despesas administrativas, outras despesas e receitas, despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social. Para informações adicionais acerca do lucro ou prejuízo resultado das operações da Companhia, vide suas demonstrações financeiras, conforme nota explicativa nº 32 – Informações por segmento.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

EM RELAÇÃO AOS PRODUTOS E SERVIÇOS QUE CORRESPONDAM AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NO ITEM 1.3

a. Características do processo de produção

O processo de produção pode ser caracterizado basicamente em dois:

- (i) Relacionado ao contrato de prestação de serviço de industrialização por encomenda, onde o processo é verticalizado, abrangendo todas as etapas da cadeia avícola. Desde a criação das aves matrizes em granjas específicas, o Incubatório na produção de pintos de um dia, a fabricação de rações para suprir a necessidade alimentar e o abatedouro de aves, onde o abate e a produção são realizados conforme definição do parceiro operacional.
- (ii) Para o processo relacionado à produção própria de produtos embutidos destinados aos mercados interno e externo, os insumos são adquiridos de terceiros e elaborados em conformidade com as especificações pré-estabelecidas e aprovadas pelos órgãos de controle. Os produtos são, na sua grande maioria, compostos de carnes e condimentos, embalados conforme cliente de destino, nacional ou externo, e comercializados resfriados ou congelados.

b. Características do processo de distribuição

Mercado Interno

No mercado interno, as vendas de produtos próprios da controlada Companhia Minuano de Alimentos no exercício social de 2023, foram concentradas no Estado do Rio Grande do Sul. No quadro abaixo é possível observar a representação por região das vendas, em comparação ao total comercializado no Brasil:

Vendas por região	2023
Rio Grande do Sul	92%
Outros Estados	8%

As vendas são realizadas por meio da combinação de canais de venda direta e indireta. A venda direta compreende todas as vendas realizadas por meio de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

representantes comerciais e vendedores próprios. A venda indireta compreende as vendas realizadas por distribuidores nas regiões onde a controlada atua.

Neste contexto, o comparativo do faturamento da Companhia controlada, relativo a vendas diretas e às vendas a intermediários no mercado interno, é o seguinte:

Tipo de venda	2023
Diretas	53%
Intermediadas	47%

Mercado Externo

Por outro lado, no exercício social de 2023, as receitas provenientes das operações comerciais realizadas no mercado externo corresponderam a 27% do faturamento líquido da companhia. Dentre os produtos exportados, os principais são: salsichas e mortadelas de frango.

As vendas no mercado externo abrangem diversos países, sendo que se destacam, entre os principais destinos, a República do Congo, Nigéria, Benin, Ghana, Guiana, Togo, Omã, Gabão, Samoa, Angola dentre outros, através de canais de venda direta e representantes.

c. **Características dos mercados de atuação:**

As operações comerciais são desenvolvidas tanto no mercado interno como no mercado externo através de canais de venda direta e também por intermédio de representantes. A participação em cada um dos mercados foi informada no item anterior.

A produção para o mercado externo é altamente exigente, sendo necessário seguir diversas regras específicas, realizar auditorias frequentes e manter registros e habilitações. Além disso, o mercado islâmico exige procedimentos específicos para o abate e certificação Halal.

As características do mercado externo impactam tanto na operação própria quanto na operação contratada por empresa terceira, uma vez que o contrato existente abrange a habitação e a capacidade de atendimento a territórios específicos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Além disso, o segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e pulverizado e conta com a presença de outras companhias tradicionais e líderes de mercado, tais como BRF e JBS, além de companhias regionais com atuação local.

Ainda, outra característica do mercado capaz de causar impacto na comercialização de produtos embutidos, tem relação com os preços praticados na comercialização de carne de frango *in natura* ao consumidor final, tendo em vista que resulta na redução da procura por embutidos quando o preço de mercado do frango atinge patamares semelhantes.

d. Eventual sazonalidade

De modo geral, pela sua natureza alimentícia, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas

Os principais insumos e matérias-primas utilizados nos processos de produção própria na fábrica de embutidos, destinados tanto ao mercado interno como ao mercado externo, são as carnes de frangos, condimentos e especiarias, entre outros.

Sendo a principal matéria-prima, a falta de oferta e a volatilidade do preço da carne de frango utilizada pode comprometer a continuidade da operação própria, interferir no custo da produção e, conseqüentemente, no resultado financeiro obtido com os produtos industrializados.

A maior parte da carne de frango utilizada na fábrica de embutidos é proveniente da produção do abatedouro da própria Companhia, sendo adquirido da empresa parceira naquela unidade, mediante negociação prévia. Essa negociação é importante porque garante o controle da oferta da matéria-prima e do seu custo, porém depende da manutenção das condições e renovação do contrato.

O restante da matéria-prima é adquirida no mercado, conforme a necessidade da produção e pesquisas de preço, sempre visando a redução do custo, mas com conservação da qualidade.

1.5 Principais clientes

PRINCIPAIS CLIENTES

a. montante total de receitas provenientes do cliente

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíram clientes que representassem mais de 10% de sua receita líquida nas operações comerciais envolvendo a produção própria de embutidos, tanto no mercado interno como no mercado externo.

Por outro lado, nas operações envolvidas com a prestação de serviços a terceiros, destaca-se a receita com a empresa BRF S.A. que representa mais de 10% da receita líquida do emissor.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Com relação às receitas provenientes do contrato de prestação de serviços firmado com a empresa BRF S.A., os segmentos operacionais afetados são abate e processamento de aves (frigorífico), indústria de rações, incubatório e produção de ovos férteis e recria de matrizes.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

DESCREVER OS EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DO EMISSOR:

Considerando que a Companhia possui a participação em outras empresas como principal atividade, as informações prestadas a seguir fazem referência a Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta, na qual está centralizada toda a atividade operacional.

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a abrangente legislação relacionadas à segurança alimentar, questões ambientais e sociais, sendo que os principais órgãos reguladores são a Secretária Estadual do Meio Ambiente (SEMA), a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), o Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Os licenciamentos e habilitações mais relevantes são obrigatórios desde o início e durante as atividades da Companhia controlada, havendo ainda requisitos específicos a serem cumpridos para viabilizar o comércio ao exterior. Para isso, a Companhia possui um bom relacionamento com a administração pública e órgãos fiscalizadores, mediante diálogo e concessões recíprocas que possibilitam a manutenção contínua da operação.

Neste sentido, conforme o disposto no art. 4º da Lei nº 1.283, de 1950, regulamentada pelo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), instituído pelo Decreto nº 9.013, de 2017, e suas alterações, a Companhia possui os devidos registros junto ao órgão competente para autorizar a sua atuação com produtos de origem animal, neste caso, o Serviço de Inspeção Federal (SIF) sob o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Paralelo a isso, além do registro no SIF e a inspeção permanente do órgão instalada na unidade, a Companhia ainda possui habilitações próprias para exportação de produtos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

de origem animal, seguindo procedimentos de cada país, sendo que o cumprimento dos requisitos é fiscalizado pelo MAPA e/ou por órgãos específicos.

Considerando a importância da capacidade de exportação dos produtos para mercados muito específicos, a administração está sempre atenta ao cumprimento dos requisitos, realizando adequações sempre que necessárias para a manutenção das referidas habilitações.

Além disso, as unidades operacionais executam suas atividades mediante licenciamentos ambientais nas esferas estaduais ou municipais, conforme medida de porte da unidade nos locais onde atua. Esses processos são periodicamente revistos e sua validade depende do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

Por fim, a Companhia mantém licenças para utilização de produtos químicos controlados pela Polícia Federal e Exército, outorga de poços artesianos, licença para captação de água, licença para utilização da madeira que abastece as caldeiras.

b. Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

No desenvolvimento e execução de suas atividades industriais, ao longo de mais de 70 anos de atuação, a Companhia controlada busca adotar as melhores práticas de qualidade alimentar, gestão ambiental, sanitária e trabalhista.

No que se refere às questões ambientais, a Companhia se utiliza de recursos hídricos provenientes de captação subterrânea e superficial, submetida a regulamentação do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS), da SEMA, e ainda de abastecimento público por empresa concessionária.

A Companhia possui outorga de direito de uso de água captada de poços e da Estação de Tratamento de Água (ETA), além de Estação de Tratamento de Efluentes (ETE). Os resíduos sólidos e efluentes líquidos da produção são adequadamente tratados ou destinados.

Com relação a questões sociais, estas estão ligadas principalmente a assuntos trabalhistas. No que se refere às legislações trabalhistas e de segurança e medicina do

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

trabalho, a Companhia é frequentemente fiscalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério Público do Trabalho, havendo nestes órgãos, inclusive, programas específicos de atuação no ramo frigorífico.

Além disso, seguem regras trabalhistas específicas ao segmento frigorífico, definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego por meio das Normas Regulamentadoras (NR).

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As marcas mais relevantes da Companhia estão devidamente registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, no segmento de mercado de sua atuação. Além da proteção das marcas no mercado nacional, a companhia também adota as medidas necessárias para proteção de suas principais marcas em outros países.

d. contribuições financeiras de cunho político, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

A política da Companhia sobre o assunto veda doações políticas de qualquer natureza, de forma direta ou através de terceiros, seja para partidos políticos, candidatos, comitês de campanhas, coligações ou pessoas físicas ou jurídicas relacionadas a estes. É permitida a destinação de recursos apenas para entidades assistenciais, sociais e educacionais.

Por este motivo, não foram efetuadas contribuições financeiras de cunho político.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

RECEITAS RELEVANTES

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Com relação ao exercício de 2023, R\$267.135 mil da receita são provenientes das operações realizadas no Brasil, país sede do emissor. Este valor representa 73% da receita líquida total do emissor.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Com relação ao exercício de 2023, R\$100.932 mil da receita são provenientes de clientes estrangeiros, conforme discriminação abaixo. Este valor representa 27% da receita líquida total do emissor.

País	Valor (R\$ mil)	Percentual Receita líquida total
Nigéria	20.352	6%
Holanda	14.113	4%
França	13.698	4%
Estados Unidos	10.956	3%
Guyana	8.604	2%
DENMARK	7.237	2%
Emirados Árabes Unidos	6.028	1%
Outros	19.944	5%
Total receita líquida ME	100.932	27%
Total receita líquida	368.066	100%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

IMPACTOS RELEVANTES DECORRENTES DA REGULAÇÃO DOS PAÍSES ESTRANGEIROS DIVULGADOS NO ITEM 1.7

Para possibilitar a exportação dos produtos resultantes da sua operação, além da instalação permanente do Serviço de Inspeção Federal, as principais unidades da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, possuem habilitações específicas para Operar no Comércio Exterior junto ao Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento – MAPA, estando sujeitas a fiscalização do órgão e diversas regras específicas.

Paralelo a isso, ainda existem outros requisitos específicos a serem observados para viabilizar a exportação para importantes clientes de destinos como União Europeia, China e Japão, que exigem, por exemplo, certificações (BRC, WQS,...) e a realização de auditorias externas frequentes. Neste sentido, o comércio destinado a países de religião muçulmana, está sujeito às regras de caráter religioso para realização de abate seguindo os preceitos da religião islâmica, denominado “abate Halal”, devidamente certificado.

A perda de habilitações para exportação pode comprometer a venda de produtos para determinados países, especialmente no que se refere à obrigação assumida no contrato de prestação de serviços, inclusive com risco de resolução contratual a depender da gravidade.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

INFORMAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)

O emissor não divulgou ao mercado documentos específicos sobre práticas ASG, entretanto, em razão de outras demandas que exigem maior foco da administração no momento, a fim de garantir a continuidade operacional. Contudo, a Companhia está atenta ao tema, o qual foi inserido no planejamento do emissor de modo que o projeto seja desenvolvido no prazo concedido pela CVM/B3 para adequação (2026), e deverá contemplar, ou pelo menos avaliar, a elaboração de relatórios, indicadores, matriz de materialidade, inventários de emissão de gases de efeito estufa, auditoria, ODS, entre outros.

No que tange a Seção 1 do Novo Regulamento de Emissores da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, que aborda a composição da administração, o emissor informa que o Conselho de Administração e a Diretoria mantém uma mulher em sua composição, bem como, um membro é pessoa com deficiência declarada nos termos da Lei 13.146/2015.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Documento não preenchido.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DO EMISSOR**

O emissor tampouco suas controladas, diretas ou indireta, realizaram aquisições ou alienações de ativo relevante que não se enquadrasse como operação normal nos negócios do emissor nos 3 últimos exercícios sociais.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

OPERAÇÕES DE FUSÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, INCORPORAÇÃO DE AÇÕES, AUMENTO OU REDUÇÃO DE CAPITAL

Não ocorreram operações societárias com efeito relevante para o emissor nos últimos três exercícios sociais.

Em 15 de julho de 2020 a Companhia recebeu a informação da acionista controladora SERRA DO RONCADOR PARTICIPACOES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 11.277.211/0001-92, possuidora de 1.719.479 ações ON (24,2177% do Capital Social da Companhia), acerca de seu interesse em realizar Oferta Pública de Aquisição (OPA) para o cancelamento de registro da Companhia MINUPAR PARTICIPACOES S.A (fechamento de capital) na Bolsa de Valores, nos termos estabelecidos pela Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002.

Após realizados todos os trâmites legais, o leilão ocorreu em 19.03.2021, mas não alcançou a quantidade mínima de ações apta para o fechamento de capital da Companhia.

1.13 Acordos de acionistas

CELEBRAÇÃO, EXTINÇÃO OU MODIFICAÇÃO DE ACORDOS DE ACIONISTAS

Não foram arquivados acordos de acionistas na sede do emissor.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

INDICAR ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO EMISSOR

O emissor e suas controladas diretas e indireta não sofreram alterações significativas na forma de condução de seus negócios nos 3 últimos exercícios sociais.

Apesar de não ter sofrido alterações significativas, se mantendo a atuação no sentido de recuperar a situação financeira da controlada Minuano, em 2021 a administração da Companhia passou a contar com a participação ativa de acionistas minoritários no Conselho de Administração.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**CONTRATOS RELEVANTES NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM AS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

No último exercício social não foi firmado contrato relevante pelas Companhias que não estivesse diretamente relacionado com atividade operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Além das informações relevantes prestadas nos itens anteriores, importa ainda contextualizar o histórico de enchentes que atingiram a controlada Companhia Minuano de Alimentos (“Minuano”), nos últimos anos, em virtude do impacto financeiro percebido. Salienta-se que as informações relevantes de cada episódio foram devidamente divulgadas ao mercado nas respectivas demonstrações financeiras e em comunicações específicas, de acordo com a relevância de cada caso (comunicado ao mercado e fato relevante).

No início do mês de julho/2020, a unidade produtiva de embutidos localizada na cidade de Arroio do Meio/RS foi parcialmente atingida por enchente histórica na região do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, decorrente de ciclone extratropical. Naquela ocasião, a operação foi paralisada em razão do nível da água ter atingido parte da área produtiva, ocasionando em estragos e perdas de estoque.

Contudo, o que se acreditava ser uma enchente histórica, um cenário totalmente atípico após longos anos, voltou a se repetir com maior gravidade no ano de 2023.

Entre os dias 04 e 06 de setembro de 2023, a região do Vale do Taquari foi drasticamente atingida pela nova passagem de ciclone extratropical que causou mais uma vez inundações históricas na região em que está situada a controlada Minuano, conforme notícia amplamente divulgada em mídia nacional e internacional. Se tratando de uma enchente de alta severidade, o episódio ficou marcado pela elevação acelerada do Rio Taquari e a violência da correnteza, que foi responsável pelo registro de diversas mortes nas cidades localizadas nas proximidades do rio.

Naquele momento, conforme fato relevante divulgado no dia 07 de setembro de 2023, além de se observar novamente a inundações atingir a área produtiva da unidade de embutidos, causando a paralisação da operação por mais de quatorze dias, o abatedouro de frangos (Lajeado/RS) também teve parte de suas áreas de apoio atingidas pela enchente, o que suspendeu totalmente as suas atividades por cerca de três dias. Além da interrupção das atividades produtivas, os reparos/substituições necessários em diversos equipamentos e estruturas nas duas unidades, causaram considerável impacto financeiro.

Infelizmente, ainda em novembro do ano de 2023, entre os dias 18 e 19, a mesma

1.16 Outras informações relevantes

região sofreu com nova grande cheia do rio, semelhante ao nível atingido em setembro/2023, mas com elevação em menor velocidade e severidade.

As mesmas unidades (embutidos e abatedouro) foram mais uma vez atingidas pela enchente, conforme comunicado ao mercado divulgado no dia 21 de novembro de 2023, embora os impactos tenham sido menores em razão da gravidade do evento climático e do plano de contingência específico colocado em prática com êxito, que viabilizou a rápida retomada das operações, após o recuo das águas.

Diante deste cenário, passou-se a trabalhar em alternativas estruturais de baixo custo que viabilizassem a rápida evacuação e retomada das plantas, visando minimizar os prejuízos ocasionados por eventuais episódios recorrentes de cheias nestes níveis. Mas não se imaginava que o pior ainda estaria por vir.

No início do mês de maio de 2024, o Rio Grande do Sul vivenciou o maior desastre natural da sua história – e um dos maiores do país – que marcou o Vale do Taquari pela maior e mais devastadora enchente vista na região, tendo elevado cerca de quatro metros a mais no nível do Rio Taquari do que anteriormente registrado. Além das vidas perdidas, foram milhares de casas e diversas importantes pontes destruídas/levadas pela força da água, como por exemplo, as duas pontes sobre o Rio Forqueta que ligavam os municípios de Lajeado e Arroio do Meio.

O desfecho deste grande desastre natural foi de maior gravidade para a controlada Minuano, uma vez que atingiu, direta ou indiretamente, todas as seis unidades produtivas da Companhia.

Indiretamente, os transtornos observados nas unidades menores (granjas, incubatório e fábrica de rações) pela inundação em pátios e estruturas utilizadas por terceiros, falta de energia, internet e sinal de telefone, bem como, a dificuldade de acesso, causaram a redução/paralisação da produção por alguns dias. Por outro lado, as maiores unidades foram atingidas diretamente pela inundação.

O frigorífico localizado na cidade de Lajeado teve diversas áreas de apoio atingidas e a produção paralisada por mais de uma semana, inclusive pelas dificuldades de acesso à cidade por funcionários, bem como, para recebimento de matéria-prima e suprimentos.

Por outro lado, na fábrica de embutidos os danos estruturais causados pela enchente foram mais graves do que nos episódios anteriores, em razão da sua proximidade com

1.16 Outras informações relevantes

o Rio Taquari, motivo pelo qual, a retomada parcial da produção foi possível somente após a realização de reparos em estruturas e equipamentos, resultando em aproximadamente dois meses de paralisação da operação.

A referida fábrica de embutidos era responsável por importante parcela do faturamento do grupo, produzindo os produtos de marca própria e empregando mais de 400 pessoas. Com isso, o faturamento daquela unidade, que perfaz, aproximadamente, R\$14 milhões ao mês, ficará comprometido por diversos meses.

Há previsão de retomada integral da produção de embutidos, com mix completo de produtos, ainda nos próximos meses, mas a Companhia continua na busca por alternativas definitivas para a instalação desta operação. Entretanto, eventual instalação da referida operação em local diverso exige investimentos elevados, registros, licenciamentos, entre outros requisitos que devem ser observados.

Os comentários sobre os impactos financeiros e a cobertura de seguros estão inseridos no item 2.1 deste Formulário, inclusive sobre o exercício social corrente, diante da excepcionalidade da situação posta.

Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da situação econômica, destaca-se a busca por alternativas de terceirização da produção, a suspensão de todos os investimentos não relacionados à recuperação da unidade, alongamento de prazos com fornecedores, readequação do quadro de funcionários e redução de demais custos.

Nesta mesma linha, em 23 de maio de 2024, o Conselho de Administração decidiu pela redução de custos com a administração do grupo, reduzindo a quantidade de membros nas Diretorias das empresas do grupo, mediante a destituição de dois Diretores, bem como, com a redução de 25% da remuneração dos membros da administração e do Conselho Fiscal. Os detalhes sobre a redução da remuneração foram divulgados por meio de fato relevante no dia 31 de maio de 2024 e podem ser encontrados no item 8 deste Formulário.

Por fim, cabe destacar que em todas as ocasiões acima mencionadas, a Companhia e suas controladas, ante a sua responsabilidade social, realizaram diversas ações sociais para prestar auxílio aos seus funcionários e à comunidade em geral. Maiores informações sobre este aspecto estão descritas no item 10 deste Formulário.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Comentários dos diretores referentes ao exercício de 2023, sobre a Companhia e suas controladas, especialmente, sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Até o encerramento do exercício social de 2023, a Diretoria avaliava que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia eram suficientes para dar continuidade aos seus negócios e cumprir com as obrigações tributárias junto ao governo, acreditando-se que a operação garantia resultado suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os 12 meses seguintes.

Neste sentido, o principal assunto de atenção se tratava das obrigações tributárias da controlada indireta Minuano relativas à período pretérito de crise financeira, cujo montante elevado da dívida é hoje responsável pelo maior impacto financeiro nas contas, havendo débito judicializado no montante de R\$ 497.320 mil. Dentre os débitos fiscais, existe uma parcela menor que está sendo paga mediante transações e parcelamentos, sendo que a maior parte pende de prosseguimento da execução judicial. Destaca-se que apesar da dívida antiga, desde 2017 a Companhia vem cumprindo com obrigações tributárias decorrentes da operação.

Cabe ressaltar que a maior parte dos débitos que compõe esta dívida, foram considerados inadimplidos, após terem sua compensação com o Crédito Prêmio de IPI negada administrativamente pela Receita Federal. O referido crédito havia sido concedido para a Companhia por meio de decisão judicial, contudo não foi reconhecido pela Receita Federal e se tornou objeto de discussão judicial, atualmente em tramitação.

Por outro lado, tendo a Companhia realizado o reconhecimento contábil do Crédito Prêmio de IPI para realizar as compensações, existe ainda a cobrança de tributação sobre este valor, a qual segue sendo discutida judicialmente. O detalhamento dos processos citados consta no item 4.4 deste Formulário.

Diante do cenário exposto, a Diretoria sempre esteve atenta a alternativas que viabilizassem o pagamento da dívida dentro das condições financeiras da controlada e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

com a manutenção da operação, contudo, tendo todo o seu patrimônio penhorado por execuções fiscais e escassas opções (com custo exorbitante) de financiamentos que viabilizassem a ampliação da operação, a única alternativa era extrair ao máximo a estrutura existente com contenção de custos.

Nesta linha, a Companhia manteve o acompanhamento das alterações legislativas em conjunto com seus consultores jurídicos, tendo verificado a viabilidade de apresentar pedido de transação tributária individual, nos termos da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

Assim, em abril de 2023 foi apresentado o primeiro pedido perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional visando a regularização dos demais débitos inscritos em dívida ativa e a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND). Entretanto, diante da complexidade da situação da Companhia e das outras providências que tiveram que ser tomadas, as condições ainda estão sendo negociadas pelas partes.

Considerando o significativo impacto negativo das enchentes, ocorridas no mês de maio de 2024, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia e de suas controladas exigiram que o processo de negociação fosse agilizado, diante dos grandes investimentos necessários para a retomada da produção de embutidos. A regularização da dívida tributária se tornou indispensável para possibilitar a emissão de CND e, conseqüentemente, viabilizar o acesso à linhas de crédito, especialmente aquelas que beneficiam as empresas atingidas.

No dia 10 de maio de 2024, foi apresentado novo pedido de transação formalizando a informação deste cenário calamitoso para a Procuradoria, que demonstrou intenção de auxiliar no andamento das negociações.

Atualmente estão sendo tomadas providências para atender as exigências da legislação e permitir que a Procuradoria possa aceitar o pedido da Companhia, dentre elas, a revisão da capacidade de pagamento da Companhia e a suspensão da exigibilidade da tributação sobre o Crédito Prêmio de IPI, a fim de que o processo judicial continue sua tramitação normal e este débito não seja incluído no montante transacionado.

Neste sentido, acredita-se que a recém publicada Portaria PGFN/MF nº 1032/2024 acerca da Transação SOS-RS, que permite aos contribuintes com domicílio fiscal no

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Rio Grande do Sul regularizar os débitos inscritos em dívida ativa da União com benefícios, seja capaz de auxiliar no processo.

Diante dos benefícios e subsídios que estão sendo concedidos pelo governo para auxiliar na reconstrução das empresas gaúchas atingidas pela enchente, a administração está empenhando todos os seus esforços para viabilizar a celebração da Transação Individual com maior brevidade, inclusive por meio de continuo contato e frequentes reuniões com a Procuradoria.

Por fim, ante a relevância do tema para a operação da Companhia, eventuais atualizações relevantes serão prestadas ao mercado pelos meios adequados.

Seguros patrimoniais:

Outro aspecto relevante, no que diz respeito ao patrimônio da Companhia, que exige destaque pela Diretoria, é a questão dos seguros patrimoniais. A política adotada pela Companhia nos últimos anos, incluía a cobertura total das suas plantas operacionais por meio de seguros patrimoniais que garantissem a redução considerável de riscos com a perda de patrimônio. No entanto, atualmente, existem seguros contratados para cobrir eventuais sinistros somente nas Granjas e Incubatório.

Ainda no episódio da enchente que ocorreu no ano de 2020, a controlada Minuano passou a enfrentar problemas para a contratação de seguro para a unidade atingida. Apesar disso, até julho de 2023 existiam apólices contratadas para todas as unidades, ainda que não estivessem assegurando a empresa contra sinistros decorrentes de inundações. Entretanto, nos períodos em que ocorreram as enchentes relatadas em 2023 e 2024, não havia cobertura do patrimônio por apólices de seguro para as maiores unidades, tendo em vista que apesar dos esforços da administração, não havia oferta no mercado.

Cabe ressaltar que, ainda que houvesse ocorrido a contratação normalmente, este tipo de evento climático não estaria coberto, uma vez que o custo da contratação específica para enchentes/ciclones se tornou extremamente elevada após a ocorrência de 2020, de modo que o custo do seguro não compensaria o valor da cobertura oferecida.

Neste sentido, existem dois fatores principais que passaram a dificultar a contratação de seguros. Na fábrica de embutidos está relacionado com a ocorrência das diversas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

enchentes recentes, acarretando na falta de interesse das seguradoras pelo alto risco e a oferta de apólices com baixa cobertura. Por outro lado, no abatedouro a falta de interesse das seguradoras abrange todos os estabelecimentos do ramo frigorífico, uma vez que está relacionada propriamente com o risco da atividade destas indústrias, em razão do histórico recente de acidentes com equipamentos e estrutura, do mesmo modo no que se refere às fábricas de rações.

Apesar do cenário de difícil negociação, a Diretoria continua buscando alternativas e opções que viabilizem a contratação de apólices de seguro patrimonial para as demais unidades.

b) Estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta da seguinte maneira:

	<i>(Montantes expressos em R\$ mil)</i>		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Capital próprio (patrimônio líquido)	(324.175)	(336.085)	(344.161)
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	651.472	633.973	611.092
Capital total (próprio + terceiros)	327.297	297.888	266.931
Parcela de capital próprio	-99,05%	-112,82%	-128,93%
Parcela de capital de terceiros	199,05%	212,82%	228,93%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia se refere principalmente a:

- (i) Pagamento dos custos de produção, dentre eles gastos com pessoal, energia elétrica e gastos com manutenção; e
- (ii) Pagamento de obrigações, fiscais, trabalhistas e sociais.

A principal fonte de recursos da Companhia é o caixa gerado pelas atividades operacionais. No quadro a seguir são demonstrados os índices de coberturas dos últimos 3 (três) exercícios sociais:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	(Montantes expressos em R\$ mil)		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
EBITDA ajustado	61.248	69.221	52.359
Resultado Financeiro	35.586	30.934	12.834
Índice de cobertura	1,72	2,24	4,08

Apesar dos prejuízos previstos para o ano de 2024, os Diretores acreditam que os recursos existentes somados a geração de caixa operacional da Companhia e eventuais captações de recursos financeiros junto à parceiros serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

As medidas prontamente adotadas para redução de custos após a enchente de maio de 2024, merecem destaque especial, sendo elas a busca por alternativas de terceirização da produção a fim de manter a marca no mercado, a suspensão de todos os investimentos não relacionados à recuperação da unidade, alongamento de prazos com fornecedores, readequação do quadro de funcionários administrativos e administradores com redução do custo de folha, bem como a redução de demais custos em geral.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de capital de giro os recursos próprios gerados na operação, assim como antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço.

Em virtude das dívidas tributárias antigas acima mencionadas, a Minuano não possui Certidão Negativa de Débitos (CND), que é requisito para acessar diversas linhas de crédito. Com isso, as fontes de financiamento disponíveis atualmente além de escassas, garantem acesso a baixos valores com taxas e juros exorbitantes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Havendo necessidade de financiamento de capital de giro e investimentos em ativos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

não-circulantes para cobertura de deficiências de liquidez, a Companhia deve utilizar a antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço, enquanto não for possível ter acesso a outras fontes de financiamento em melhores condições.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possui contrato de empréstimos e financiamentos relevantes.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui consórcios antigos contratados junto à instituição financeira, que possuem as características e condições informadas abaixo:

Instituição	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Banrisul - Consórcio	274	126	163	160
Total	274	126	163	160

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O emissor e suas controladas observam diversas restrições para a contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, especialmente devido a existência de dívidas fiscais, que impedem a Controlada Indireta Minuano de expedir Certidão Negativa de Débitos (CND) e restringem a alienação de seus bens imóveis, os quais foram penhorados como garantia de processos tributários.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

O emissor não possui financiamentos contratados, apenas uma operação de consórcio, conforme já detalhado no item anterior.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

Não houveram alterações significativas no período de 2023, além daquelas já mencionadas sobre enchentes e seguros.

2.2 Resultados operacional e financeiro

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

Valores expressos em milhares de reais			
Segmento	2023	2022	2021
Industrializados	182.797	205.329	178.021
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	202.554	186.075	165.787
Total	385.351	391.404	343.808

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Receita Líquida

O faturamento líquido da Companhia no exercício de 2023 foi de R\$ 368.066 (R\$ 365.740 em 2022), resultando em um aumento percentual de aproximadamente 1%, associado aos fatores descritos abaixo.

Positivos:

- a) Variação nas taxas atreladas ao dólar, o qual está diretamente ligado às vendas direcionadas ao Mercado Externo;
- b) Aumento no preço médio líquido nos produtos comercializados no Mercado Interno;
- c) Reajuste no contrato de prestação de serviços junto a outra empresa do ramo;

Negativo:

- d) Impacto da interrupção das atividades produtivas de industrialização de embutidos na cidade de Arroio do Meio, Rio Grande do Sul, nos meses de setembro e novembro de 2023, em decorrência de enchente ocasionada por ciclone extratropical.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Enchentes:

Diante da relevância da matéria, cumpre prestar maior ênfase ao impacto negativo observado pelas enchentes que atingiram as unidades da controlada Minuano no ano de 2023, como bem descrito nas Demonstrações Financeiras do exercício social e no item 1.16 deste Formulário.

As duas maiores unidades produtivas da Companhia, localizadas nas cidades de Arroio do Meio (Fábrica de Embutidos) e Lajeado (Frigorífico), no Rio Grande do Sul, foram atingidas pela enchente ocorrida entre os dias 04 e 06 de setembro de 2023. O Impacto deste incidente no frigorífico de aves localizado na cidade de Lajeado, foi considerado parcial, de modo que a operação foi interrompida entre os dias 04 e 06 de setembro de 2023. Por outro lado, o impacto na fábrica de embutidos localizada na cidade de Arroio do Meio foi considerado calamitoso, e interrompeu a atividade desta unidade no período de 04 a 18 de setembro de 2023.

No mês de novembro de 2023, novas cheias atingiram a unidade produtiva Fábrica de Embutidos, localizada no município de Arroio do Meio. Embora com impactos menores do que na cheia anterior, as atividades da unidade foram interrompidas no período de 20 a 23 de novembro de 2023.

Com intuito de mensurar os prejuízos causados por estes dois episódios, foi realizado o inventário de itens de estoques, bem como o levantamento dos gastos emergenciais associados a limpeza, transporte e manutenção de máquinas e equipamentos. O montante apurado segue detalhado no quadro a seguir:

Natureza	Valor
Manutenção	3.444
Embalagem	2.369
Ociosidade folha de pagamento	1.435
Produto pronto	832
Matéria prima	564
Serviço de limpeza	365
Serviço de transporte	199
Doação	196
Outros	94
	9.498

Os valores demonstrados acima estão registrados na rubrica de “Outras Despesas

2.2 Resultados operacional e financeiro

Operacionais” das Demonstrações Financeiras, conforme indicado neste relatório através da nota explicativa nº 28.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas durante o exercício de 2023 foram de R\$20.247 e para o exercício de 2022 foram de R\$29.961, equivalentes a 5,50 % e 8,19 % respectivamente da receita operacional líquida.

O principal impacto na redução das despesas com vendas em 2023 quando comparada com as despesas realizadas em 2022, está associado ao formato de negociação dos fretes marítimos sobre as vendas junto ao Mercado Externo, o qual foi praticado maior volume de vendas na condição “FOB - Free On Board” em 2023, enquanto que em 2022, as negociações estavam sendo realizadas em sua maior parte na condição “CFR - Cost And Freight”.

Além disso, os custos dos fretes marítimos em 2023 tiveram uma leve queda de preços, quando comparados com os custos praticados em 2022.

No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente às receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 5,5% em 2023 e 8,19% em 2022, referente a participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas:

Rubricas	2023	2022
Receita Líquida	368.066	365.740
Despesas com Vendas	20.247	29.961
Relação %	5,50%	8,19%

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação relevante na receita do ano de 2023 está relacionada com as enchentes que atingiram as unidades da Companhia nos meses de setembro e novembro, como informado na Nota Explicativa 34 das Demonstrações Financeiras do período, as quais ocasionaram uma redução no volume das vendas dos industrializados em 11% em

2.2 Resultados operacional e financeiro

comparação com o exercício social anterior, conforme devidamente demonstrado no Relatório de Administração no item “Receita Operacional Líquida”.

Além disso, as variações de taxa cambial registradas no exercício de 2021 decorreram dos efeitos ainda oriundos da pandemia Covid-19, e em relação ao exercício de 2022, o período mais sensível foi nos últimos meses do ano, devido ao fator político ocasionado pelas eleições, os efeitos destas variações foram devidamente divulgados pela Companhia nas Demonstrações Financeiras daqueles períodos.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais (valores expressos em milhares de reais).

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Receita Bruta	385.351	391.404	343.808
Receita Líquida	368.066	365.740	319.644
Lucro Bruto	95.156	104.240	80.061
Resultado Operacional	42.335	43.926	55.513
Lucro Líquido do Exercício	11.909	6.555	33.810
EBITDA Ajustado	61.248	69.221	52.359
Lucro por Ação	1,6773	0,9232	4,7619

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes não apresentou nenhuma opinião modificada e nenhuma ênfase.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

A ocorrência de eventos ou operações não usuais com efeito relevante no exercício social de 2023 e 2024 está relacionada com as enchentes e a possibilidade de realização de transação individual tributária. Ambos os assuntos foram destacados nos itens anteriores (2.1 e 2.2).

Com relação ao impacto das enchentes, além do prejuízo de R\$ 9.498 mil destacado no resultado de 2023, importa desde logo ressaltar a previsão comprometimento no desempenho operacional projetado para o resultado do exercício social corrente, relativos ao severo evento climático que ocorreu no mês de maio de 2024. Apesar de ainda não ser possível estimar o montante total do prejuízo com equipamentos, reparações e reformas necessários para a retomada da produção na fábrica de embutidos, a paralisação total da operação pelo período de dois meses compromete o faturamento estimado de R\$28 milhões.

Como esclarecido no item 1.16, além de outros menores impactos diretos e indiretos, o evento climático comprometeu a estrutura da fábrica, resultando em uma retomada lenta. Neste sentido, considerando que a retomada ocorreu de forma parcial, com o mix de produtos reduzido, o faturamento da unidade também permanecerá comprometido nos meses seguintes, até que a produção se reestabeleça completamente ainda no ano de 2024. Os impactos financeiros devem ser devidamente divulgados a partir das informações financeiras trimestrais (ITR) relativas ao 2º trimestre.

2.5 Medições não contábeis

CASO O EMISSOR TENHA DIVULGADO, NO DECORRER DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, OU DESEJE DIVULGAR NESTE FORMULÁRIO MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS, COMO LAJIDA OU LAJIR, O EMISSOR DEVE:

a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) e EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado, este último acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa, tais medidas são utilizadas pela Companhia como forma de mensurar seu desempenho, estas medidas são elaboradas em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com as suas demonstrações contábeis.

O EBIT pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações, já o EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado é acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa.

A Administração da Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são medidas práticas para mensurar o seu desempenho operacional e permitir uma comparação efetiva dos reflexos de diferentes períodos, como medida de valor.

Seguem abaixo os valores de EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

Medições não contábeis	31/12/23	31/12/22	31/12/21
EBIT	42.335	43.926	55.513
EBITDA	52.973	50.943	61.921
EBITDA ajustado	61.248	69.221	52.359

2.5 Medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Cálculo do EBITDA ajustado - Em R\$ mil	31/12/23	31/12/22	31/12/21
Lucro (prejuízo) líquido	11.909	6.555	33.810
(+ / -) Impostos correntes/(Impostos diferidos)	(5.160)	6.437	8.869
(+ / -) Resultado financeiro	35.586	30.934	12.834
EBIT	42.335	43.926	55.513
(+) Depreciações e amortizações	10.638	7.017	6.408
EBITDA	52.973	50.943	61.921
(+ / -) Eventos não recorrentes (a)	8.275	18.278	(9.562)
EBITDA ajustado	61.248	69.221	52.359

Os valores demonstrados no quadro acima como “eventos não recorrentes”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão relacionados à ajustes efetuados no período, e destacados nas notas explicativas nº 28 e 29 das Demonstrações Financeiras de 2023, respectivamente identificadas como “Outras despesas operacionais” e “Outras receitas operacionais”, conforme quadro abaixo:

Ajuste	Valor	Divulgação
Despesas de litígios fiscais	4.765	NE nº 28 - item "a"
Provisão para Perda	4.275	NE nº 28 - item "b"
Reversão de créditos tributários	1.230	NE nº 28
Perdas Enchente	9.498	NE nº 28 - item "d"
Acordos Judiciais	(3.786)	NE nº 29 - item "a"
Créditos Fiscais	(5.131)	NE nº 29
Venda de ativos	(1.350)	NE nº 29
Recuperação de despesas	(1.226)	NE nº 29
Total	8.275	

Em relação ao exercício de 2022, o montante de R\$18.278 refere-se principalmente aos lançamentos registrados nas rubricas de “Despesas e provisões de processos judiciais”, “Provisão para perda (Impairment)”, e “Recuperação de despesas”, classificadas nos grupos de outras receitas e despesas operacionais.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado como indicadores não

2.5 Medições não contábeis

contábeis, pois acredita serem medidas práticas para medir seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto em seu fluxo de caixa. A Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado são informações adicionais às suas demonstrações contábeis, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não devem ser utilizadas como base de distribuição de dividendos ou como substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, tampouco como indicadores de liquidez. O EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados ou revisados.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social de 2023, divulgadas em 15 de março de 2024.

2.7 Destinação de resultados

COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS

a) regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório.

O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6.404/76, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento de Capital, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do Artigo 204, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, ou ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais.

2.7 Destinação de resultados

Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, para aprovação da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos 3 (três) anos não foram distribuídos dividendos.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O emissor e suas controladas estão impedidos de distribuir dividendos devido ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ser absorvido pela conta de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76. Não foram distribuídos dividendos nos últimos 03 exercícios sociais e não há previsão de que isso ocorra no exercício corrente.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, em razão do prejuízo acumulado dos últimos anos. A elaboração e aprovação da referida política será incluída no planejamento quando houver previsão de resultado a ser destinado.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8

O emissor não destacou assuntos no item 2.8.

2.10 Planos de negócios

INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR:

a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos realizados em 2023 pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, totalizaram R\$19.446 mil, em comparação com R\$10.520 mil em 2022. Os investimentos foram voltados à modernização e melhorias nos processos industriais das unidades operacionais, observando as condições de financiamento pelo caixa da Companhia.

Para o ano de 2024 havia previsão de continuidade nos investimentos de modernização e melhoria das plantas produtivas, tendo em vista que muitas estruturas ainda são bastante antigas e de operação manual. Entretanto, diante dos prejuízos causados pela enchente em maio de 2024, foram mantidos apenas os investimentos necessários/obrigatórios para a manutenção do desempenho e continuidade operacional, tendo sido direcionados os recursos financeiros para a reconstrução da fábrica de embutidos e continuidade da produção própria.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Há alguns anos a Companhia e suas controladas utilizam somente recursos próprios para efetivação de investimentos, podendo negociar parcelamentos diretamente com seus fornecedores.

Em virtude das dívidas tributárias antigas, mencionadas no item 2.1, a Minuano não possui Certidão Negativa de Débitos (CND), que é requisito para acessar diversas linhas de crédito, por isso, as fontes de financiamento disponíveis atualmente além de escassas, garantem acesso a baixos valores com taxas e juros exorbitantes.

Apesar disso, a negociação direta com fornecedores é possível em razão da boa relação mantida pela Companhia com o mercado em geral, demonstrando

2.10 Planos de negócios

responsabilidade ao sempre quitar suas dívidas e compromissos nos prazos acordados, bem como, mantendo um histórico positivo de pagamento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram realizados desinvestimentos relevantes, bem como não há previsão de fazê-lo.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2023 a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam o melhor aproveitamento e ampliação da operação já existente.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

Durante o ano de 2023 não foram realizadas pesquisas ou projetos para o desenvolvimento e produção de novos produtos, motivo pelo qual, não houveram gastos divulgados neste sentido.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O emissor inseriu em seu plano de negócios a realização de mapeamento e diagnóstico das questões de ASG, a fim de produzir relatório que possa ser divulgado ao mercado dentro do prazo concedido pela Comissão de Valores Mobiliários e Bolsa de Valores (B3). Apesar disso, é possível identificar diversas ações positivas nas práticas do emissor e suas controladas, por isso a Companhia busca aperfeiçoar pontualmente sempre identifica oportunidades em procedimentos relacionadas ao meio ambiente, sociedade e práticas de governança.

2.10 Planos de negócios

Neste sentido, o emissor tem proporcionado capacitação específica em ASG para profissionais de diversas áreas da empresa, bem como, desenvolveu internamente uma Política de Meio Ambiente, com intuito de adequar as práticas de gestão ambiental, visando a proteção e conservação do meio ambiente, trabalhando de forma a minimizar os impactos negativos causados por sua atividade. Além disso, no âmbito social, seus indicadores demonstram a existência de boas práticas de diversidade no seu quadro de colaboradores, assim como, a realização de ações inclusivas como o projeto para profissionalização de jovens aprendizes PDC's através de parceria com o SENAI e a APAE.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO

Todos os fatores considerados relevantes pelo emissor foram descritos nos itens anteriores.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

PROJEÇÕES

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

3.2 Acompanhamento das projeções

PROJEÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DE SEUS INDICADORES

Considerando que a Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras, nada há para informar neste item.

4.1 Descrição dos fatores de risco

DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

Para elencar os riscos a seguir, a Companhia considerou aqueles que são conhecidos e relevantes na data de divulgação deste Formulário de Referência, sendo avaliado o grupo de empresas de forma consolidada. No que se refere à parte operacional, foram avaliados os fatores de risco na Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta.

Neste sentido, cabe esclarecer que podem existir outros riscos e incertezas porventura desconhecidos ou considerados menos relevantes neste momento, mas que, da mesma forma, podem impactar potencialmente a operação, o relacionamento com os mercados, o resultado financeiro, o valor de mercado, entre outros.

Fatores de risco

A Companhia está sujeita a riscos que impactam no ramo de alimentos em geral, especialmente aqueles relacionados às condições sanitárias, nutricionais e de saúde, por se tratarem de produtos de origem animal.

O abate de aves, assim como toda a produção de origem animal, está sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os produtos devem ser registrados e aprovados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), visando garantir a certificação sanitária e tecnológica para o consumidor, respeitando as legislações nacionais e internacionais vigentes. Por isso, o cumprimento das regras sanitárias pela unidade de abatedouro da controlada sofre fiscalização frequente e inspeção interna permanente do SIF, podendo haver a paralização parcial ou completa da produção caso este órgão entenda que existem irregularidades.

A paralização das atividades de alguma das unidades, mesmo que por outros fatores, também é capaz de afetar as demais unidades por se tratar de uma operação verticalizada.

Além disso, eventual perda de habilitações para exportação dos produtos pode impactar no resultado operacional das unidades, tanto da marca própria quanto na prestação de serviços, em razão da redução do acesso à determinada gama de clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Eventos de impacto mundial ou regional, como emergência de saúde, guerras, paralizações, greves, enchentes, entre outros, podem aumentar os custos dos suprimentos e de produção, afetando adversamente os negócios da Companhia, caso não seja possível repassar o valor aos clientes.

1. Questões climáticas e de força maior

A Companhia pode estar sujeita a incidentes como: incêndio, inundação, vendaval ou temporal, falha no abastecimento de energia e água, sabotagem, acidentes com veículos, greves ou paralizações, surtos, epidemias e pandemias e/ ou vazamento de líquido refrigerante.

Diante da recorrência com que se tem enfrentado desastres naturais de alta severidade, resultando em enchentes na região em que estão localizadas as unidades ativas da Companhia, cabe garantir destaque a este fator de risco, que passou a apresentar maior relevância diante dos episódios observados em 2023 e o desastre climático que ocorreu em todo o estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024. Os impactos observados na Companhia foram destacados especialmente no item 1.16 deste Formulário de Referência e serão brevemente mencionados neste ponto.

No início do mês de julho/2020, a unidade produtiva de embutidos localizada na cidade de Arroio do Meio/RS foi parcialmente atingida por enchente considerada histórica até aquele momento na região do Vale do Taquari, decorrente de ciclone extratropical. No mês de setembro de 2023, ocorreu nova elevação do Rio Taquari decorrente de ciclone extratropical, causando a inundação mais severa vista na região do Vale do Taquari, marcada pela elevação acelerada da água e a violência da correnteza, amplamente divulgada em mídia nacional e internacional. Ainda no mês de novembro do ano de 2023, a mesma região sofreu com nova grande cheia do rio semelhante com a anterior em relação ao nível da água, mas com menor severidade catastrófica. Nestas duas ocasiões a inundação atingiu diretamente as duas maiores unidades da controlada Minuano, de embutidos e o abatedouro de frangos.

Agora com severidade inimaginável, a situação de enchente no Vale do Taquari se repetiu com no início do mês de maio de 2024, quando todo o território do Rio Grande do Sul vivenciou o maior desastre natural da sua história. Neste desastroso evento

4.1 Descrição dos fatores de risco

climático, ocorreram altos níveis de precipitações e inundações em diversas regiões do estado, tendo desembocado boa parte da água no Rio Taquari. Nesta ocasião, todas as unidades da controlada foram atingidas direta ou indiretamente.

Em razão dos eventos terem ocorrido com frequência em curto período, é possível que este nível de enchente se torne recorrente na região, além disso, verificou-se que, além dos riscos causados pela inundação em altos níveis, também há risco de destruição parcial ou total das estruturas atingidas pela força da água, a depender do grau de severidade da enchente.

Ainda, observou-se que as enchentes em níveis tão elevados, além de destruir estruturas de prédios, são capazes de: destruir estradas e pontes, inviabilizando totalmente os acessos terrestres para diversos municípios da região; podem causar falta de energia, internet e sinal de telefone em toda a região (de 40 municípios), inclusive com a destruição das linhas de transmissão de energia; e podem causar falta de água potável, pela inundação de estações de tratamento de água. Todos esses aspectos são capazes de impactar negativamente as indústrias da controlada Minuano.

Para todos estes incidentes são definidos responsabilidades e procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de situações emergenciais, bem como preparação, atendimento e respostas a situação de riscos que possam afetar a legalidade, qualidade e segurança dos alimentos, prevenir lesões, reduzir danos ao patrimônio, bem como prevenir e reduzir danos que possam estar associados a estas situações.

2. Contrato de prestação de serviço

Uma das principais atividades da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, é a prestação de serviços por meio de Contrato firmado com empresa do ramo, que inclui a criação de matrizes, produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial.

O referido contrato apresenta diversas condições que garantem a continuidade da operação sem que a Companhia assuma os maiores riscos da operação, além disso, envolve a negociação de compra e venda de matéria-prima destinada do abatedouro para a produção própria dos produtos embutidos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A maior parte da carne de frango utilizada na fábrica de embutidos é proveniente da produção do abatedouro da própria Companhia, sendo adquirido da empresa parceira naquela unidade, mediante negociação prévia. Essa negociação é importante porque garante o controle da oferta da matéria-prima e do seu custo.

Entretanto, a operação apresenta o risco de eventuais rompimentos ou não renovação ensejada pela parte contrária, o que seria capaz de comprometer consideravelmente a continuidade da operação da Companhia, visto que nas unidades envolvidas no contrato, toda a matéria-prima, logística, estratégia, amparo técnico e comercialização dos produtos é responsabilidade da contratante, bem como a matéria prima utilizada na produção de embutidos é resultado dessa operação.

3. Regulação sanitária - setor de alimentos

A Companhia está sujeita à regulamentação/fiscalização de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais e de diversos órgãos como Ministério da Agricultura (MAPA), Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e Ministério do Trabalho e Emprego, relativamente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte.

Os licenciamentos e habilitações mais relevantes são obrigatórios desde o início e durante as atividades da Companhia controlada, havendo ainda requisitos específicos a serem cumpridos para viabilizar o comércio ao exterior. Neste sentido, é necessário manter os devidos registros junto ao órgão competente para autorizar a sua atuação com produtos de origem animal, neste caso, o Serviço de Inspeção Federal (SIF) sob o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Paralelo a isso, além do registro no SIF e a inspeção permanente do órgão instalada na unidade, a Companhia deve manter habilitações próprias para exportação de produtos de origem animal, seguindo procedimentos de cada país, sendo que o cumprimento dos requisitos é fiscalizado pelo MAPA e/ou por órgãos específicos.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades pode resultar, sem prejuízo da responsabilização de natureza penal e civil, com obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza administrativa, tais como multa,

4.1 Descrição dos fatores de risco

suspensão parcial ou total das atividades, cancelamento de registro, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da regulamentação poderá igualmente ter um efeito financeiro adverso relevante para suas atividades.

Este risco é considerado relevante especialmente pela possibilidade de paralisar total ou parcialmente a produção de forma imediata, pela ação do SIF permanente instalado dentro das unidades.

4. Regulação para exportação

Para possibilitar a exportação dos produtos resultantes da sua operação, além da instalação permanente do Serviço de Inspeção Federal, as principais unidades da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, possuem habilitações específicas para Operar no Comércio Exterior junto ao Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento – MAPA, estando sujeitas a fiscalização do órgão e diversas regras específicas.

Paralelo a isso, ainda existem outros requisitos específicos a serem observados para viabilizar a exportação para importantes clientes de destinos como União Europeia, China e Japão, que exigem, por exemplo, certificações (BRC, WQS,...) e a realização de auditorias externas frequentes. Neste sentido, o comércio destinado a países de religião muçulmana, está sujeito às regras de caráter religioso para realização de abate seguindo os preceitos da religião islâmica, denominado “abate Halal”, devidamente certificado.

A perda de habilitações para exportação pode comprometer a venda de produtos para determinados países, especialmente no que se refere à obrigação assumida no

4.1 Descrição dos fatores de risco

contrato de prestação de serviços, inclusive com risco de resolução contratual a depender da gravidade.

5. Regulação ambiental

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a regulação ambiental, por meio de uma extensa legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental.

A Companhia está sujeita às leis abrangentes, regulamentos, autorizações e licenciamentos federais, estaduais e municipais, relativos à interferência em áreas protegidas, ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo, emissões atmosféricas e ruído, entre outros, os quais afetam os seus negócios.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Novas exigências ambientais, interpretações mais rigorosas dos requisitos ambientais existentes ou alterações nas leis e regulamentações, podem acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação, gerando um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia, sua condição financeira, seus resultados de operações e seus fluxos de caixa.

Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos.

Neste sentido, a controlada Companhia Minuano está sempre alerta aos impactos ambientais que suas unidades podem causar, realizando constante monitoramento e

4.1 Descrição dos fatores de risco

revitalizações no que se refere ao trato aos resíduos oriundos do processo produtivo. O maior risco se refere a perda de licença para operar, podendo acarretar a paralização total e necessidade de altos investimentos.

A Companhia Minuano de Alimentos possui Política de Meio Ambiente implantada e um sistema adequado de gestão ambiental, visando a proteção e conservação do meio ambiente, trabalhando de forma a minimizar os impactos negativos causados pela atividade.

6. Falta de suprimentos, variação no custo de produção e a competitividade do mercado

Dentre os componentes para formação dos custos de produção ou custos para prestação de serviços, estão sujeitos a oscilações de preços os custos dos insumos, custos de energia elétrica, custos de manutenção e gastos com reposição, reclamatórias e benefícios a empregados. Contudo, a falta de qualquer suprimento é ainda mais grave do que a oscilação do seu preço, sendo capaz de inviabilizar a produção.

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela controlada Companhia Minuano de Alimentos para a produção de embutidos de marca própria é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para os negócios e resultados do emissor.

Como mencionado no fator “Contrato de Prestação de Serviço”, parte da matéria prima utilizada na produção de embutidos decorre da operação do abatedouro, sendo adquirida por meio de negociação existente no citado contrato. Todavia, eventual rompimento desta negociação pode comprometer substancialmente a produção de embutidos, uma vez que além da variação nos preços praticados, se trata de matéria-prima escassa no mercado.

Por outro lado, o segmento de mercado em que a controlada Companhia Minuano de Alimentos atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso às regiões metropolitanas de algumas dessas companhias. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica

4.1 Descrição dos fatores de risco

competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas e/ou fazer com que tenha que reduzir seus preços, ou, ainda, que não provoque margens de lucro menores.

A maior parte da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A concentração do mercado varejista em grandes empresas, o que a Companhia acredita ter sido uma tendência mundial e verificada no Brasil, ainda que em menor intensidade, aumenta o poder de barganha dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor, inclusive da Companhia e de suas controladas. Essa redução de preços pode ter um efeito adverso para a Companhia.

Ademais, a continuidade do fenômeno de concentração dos setores varejistas pode provocar a diminuição da base de clientes, incluindo a da Companhia, elevando sua dependência aos grandes grupos varejistas muito acima dos patamares que historicamente as mesmas têm mantido, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

7. Exigências fiscais governamentais

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos é considerada grande devedora pela Receita Federal, em razão de débitos fiscais antigos que estão sendo discutidos judicial. Diante disso, existem diversas execuções fiscais em tramitação ajuizadas contra a referida Companhia, havendo risco de colapso no fluxo de caixa caso seja solicitado o prosseguimento imediato de todas dívidas que não está garantida.

Por outro lado, no que se refere às dívidas que foram parceladas por meio de acordos firmados com a Receita Federal do Brasil, eventuais descumprimentos podem acarretar na perda de benefícios já concedidos através redução de multa, juros e encargos legais, assim como compensação de débitos com prejuízos fiscais.

Além disso, eventual impossibilidade de cumprir os requisitos para celebração de Transação Individual dos demais débitos inscritos em dívida ativa e consequentemente regularizar a situação tributária da Companhia, apresenta o risco de inviabilizar a captação dos recursos necessários para recuperação da produção de embutidos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

8. Processos administrativos e judiciais

O emissor e suas controladas são partes envolvidas em processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, com risco de resultados desfavoráveis aos interesses da Companhia.

Com relação às questões tributárias, como já mencionado no item anterior, as empresas adotam medidas com vistas a regularizar o evento causador para sanar/evitar o ajuizamento novas execuções fiscais. Entretanto, existem dívidas relevantes relativas à período pregresso de crise financeira que ainda estão sendo discutidas judicialmente, de modo que, havendo o prosseguimento destas execuções fiscais, poderá ser necessário efetuar desembolsos expressivos ou prestar novas garantias em juízo.

No caso das ações de natureza cível, a Companhia e suas controladas podem figurar como Réis na discussão de questões rotineiras de seus negócios, tais como pedidos de indenizações por supostas cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, alegações de descumprimento contratual, indenizações por danos morais e materiais, dentre outras.

Além disso, em razão do segmento de atuação da Companhia controlada, a quantidade de reclamações trabalhistas ajuizadas por ano também pode ser considerado fator relevante de impacto. Geralmente as ações versam sobre reconhecimento de hora extra e seus reflexos, nulidade de regime de compensação de jornada, indenização por acidente de trabalho, indenização por danos morais e materiais, dentre outras matérias.

9. Mercado de capitais e acionista controlador

Apesar de estar em constante crescimento, a volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de comprar vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários

4.1 Descrição dos fatores de risco

internacionais. Além disso, as ações da Companhia apresentaram baixa negociação e liquidez nos últimos anos.

O emissor pode necessitar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, em especial diante das dívidas tributárias da Companhia que impedem a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND). Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social da Companhia, poderão resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

O acionista controlador da Companhia tem poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia, bem como, sujeito a exceções, determinar o resultado final das matérias, cuja deliberação seja de competência da Assembleia Geral de acionistas, por representar a maioria das ações, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, assim como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

Adicionalmente, o falecimento do acionista controlador da Companhia ou a sua opção pela venda de parcela significativa ou a totalidade de suas participações para terceiros, podem interferir nos negócios. No caso da Companhia, atualmente o grupo controlador está envolvido em ação de espólio, em virtude do falecimento do acionista que administrava o controle do grupo, o que pode tornar mais imprevisível a atuação.

Eventual mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos, podem afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia. Além disso, a disseminação do controle societário também pode influenciar negativamente a condução dos negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

10. Patrimonial e contratação de seguros

É fator de risco nas unidades operacionais do grupo, a ocorrência de eventos que causem danos materiais no patrimônio ocasionados por caso fortuito, força maior ou por ação de terceiros.

Neste sentido, o emissor sempre adotou política de contratação de seguros a fim de resguardar seu patrimônio, inclusive, existem seguros contratados para cobrir eventuais sinistros nas Granjas e Incubatório. Contudo, no que tange as unidades fabris, as apólices tiveram seu vencimento em julho de 2023, não havendo êxito na renovação em razão da falta de interesse das seguradoras e dos altos preços praticados, ainda que contratada cobertura parcial. Ainda assim, perdas como estas resultantes da enchente, não estariam cobertas, uma vez que diante dos últimos episódios o custo da apólice para enchentes não compensa o valor da cobertura oferecido.

Cabe esclarecer que existem dois fatores principais que dificultam a contratação de seguros. Na fábrica de embutidos está relacionado com a ocorrência de diversas enchentes recentes, por outro lado, no abatedouro e na fábrica de rações a falta de interesse das seguradoras vem sendo sentida por todos os estabelecimentos do ramo, uma vez que está relacionada propriamente com a atividade dos frigoríficos, em razão do histórico de acidentes ocorridos.

Além do risco pela falta do seguro patrimonial em si, que poderá acarretar em perda irreversível do patrimônio, também há risco atrelado ao contrato de prestação de serviços, em que a contratação está inserida na negociação, contudo, estas negociações vêm sendo compartilhadas com a contratante.

11. Relação com países estrangeiros

Dentre os principais mercados de atuação no exterior, existem riscos atrelados aos clientes localizados em regiões com maior instabilidade financeira ou política gerada por conflitos religiosos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Como exemplo, as citadas instabilidades podem acarretar na interrupção nas operações comerciais ou em restrições quanto a entrega do container no porto e/ou bloqueios do governo quanto a recebimento da mercadoria.

Além disso, também existem riscos de prejuízos financeiros nas transações comerciais do mercado externo, relacionados com as questões sanitárias de exportação, como por exemplo, os surtos de Gripe Aviária verificados em diferentes países, o estado de pandemia mundial, perda de habilitações junto ao Ministério da Agricultura e falha no processo de abate halal.

Por fim, as habilitações para exportação também são essenciais para a manutenção do contrato de prestação de serviços firmado com a BRF S.A.

12.Desmoralização de marcas próprias

A controlada Companhia Minuano de Alimentos está sujeita a reclamações de consumidores e a reposição de produtos, o que pode afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, negócios e resultados, acarretando um efeito adverso para a companhia.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos produz e vende alimentos para consumo humano, o que envolve riscos, tais como contaminação e perecimento. Caso a Companhia venha a ser condenada em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar alguma *reposição* de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos relevantes de *reposição*, explicações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações.

Mesmo que não sejam responsabilizadas em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para a Companhia, seus negócios e resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

13. Questões sociais

No que se refere aos fatores de risco no âmbito trabalhista, por se tratar de empregados do ramo frigorífico em sua maior parte podem ocorrer acidentes de trabalho ou doenças a este equiparado sofridos por seus colaboradores, assim considerados todo infortúnio que ocorra com os mesmos quando do exercício de suas atividades. Da mesma forma, o acometimento de doenças ocupacionais, ou seja, com liame causal no exercício das tarefas intrínsecas ao trabalho.

A fim de combater e prevenir tais situações a Companhia Minuano de Alimentos conta com SESMT ativo e observa todos os programas previstos nas normas regulamentadoras que dispõe sobre ergonomia e segurança do trabalho, visando minimizar os danos/riscos.

Além disso, no âmbito social existem riscos relacionados a falta de mão de obra, que já pode ser observada na região em que estão localizadas as unidades produtivas, e a dificuldades na negociação com o Sindicato da categoria, que podem reduzir ou paralisar as operações nas unidades.

14. Administradores

A Companhia depende de seus membros da alta administração e outros profissionais qualificados para implantar suas estratégias de negócios. Os esforços para atrair e reter profissionais podem resultar em despesas adicionais significativas, podendo afetar a Companhia de forma adversa e impactar os seus resultados. Além disso, a perda de profissionais importantes pode afetar negativamente a capacidade da Companhia de implementar a sua estratégia, bem como as despesas associadas a essas perdas podem afetar os resultados da Companhia.

Tais alterações, ou potenciais alterações futuras, na composição da administração da Companhia podem resultar em modificações na estratégia de negócios da Companhia, o que poderá gerar um efeito adverso relevante.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

OS 5 (CINCO) PRINCIPAIS FATORES DE RISCO, DENTRE AQUELES ENUMERADOS NO CAMPO 4.1

1. Ocorrência de eventos climáticos severos, em condições não previstas.
2. Alteração nas condições ou rompimento do contrato de prestação de serviços firmados pela Companhia Minuano de Alimentos.
3. Paralisação parcial ou completa da produção nas unidades da controlada indireta, decorrente de inobservância das normas/exigências sanitárias, alimentares e ambientais, inclusive no que se refere às habilitações para exportação de produtos.
4. Falta de suprimentos e variação no custo de produção, especialmente dos produtos embutidos.
5. Execução das dívidas fiscais das Companhias do grupo e descumprimento de parcelamentos firmados junto à Receita Federal do Brasil.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

RISCOS DE MERCADO

O emissor e suas controladas têm como prática de gestão a análise e monitoramento constante dos riscos aos quais estão expostos e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Administração constantemente monitora as mudanças no cenário econômico, político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de *performance*.

Sobre a parcela das vendas destinadas ao mercado interno há o risco relacionado a variável “preço de venda”, pois no mercado de atuação existe forte concorrência e isso faz com que os preços se ajustem para o produto ser competitivo com outros grandes “players” concorrentes.

Quanto aos fatores de riscos de mercado, as controladas e coligadas da Companhia estão sujeitas ao risco cambial e oscilação de preço, já que parte das operações da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos são destinadas à exportação, estas estão sujeitas a oscilação da taxa de câmbio praticada no momento da venda, sendo sempre vinculada ao Dólar americano.

A administração desses instrumentos é efetuada pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, sendo realizado acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado.

A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 27% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo.

Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (hedge) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possuía 27 contratos de trava cambial ativos em 31 de dezembro de 2023, totalizando o montante de US\$ 12.750. Tais contratos possuem taxas que variam de R\$ 4,92 a R\$ 5,45, e prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 12 meses, podendo ser renovados pelo período máximo de até 20 anos.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$	Efeito Trava	Valor Justo
Recebíveis com trava	12.750	5,2010	66.313	(4.594)	61.719
Recebíveis sem trava	4.698	4,8407	22.742	-	22.742
Total	17.448		89.055	(4.594)	84.461

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de dezembro de 2023, a qual indica o montante de R\$ 89.055.

Conforme projeção estimada pelo boletim FOCUS, a variação da taxa do dólar é de 4,92. No quadro a seguir demonstramos o impacto desta variação:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$
Recebíveis com trava	12.750	5,2010	66.313
Recebíveis sem trava	4.698	4,9200	23.114
Total	17.448		89.427

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/23	Selic estimada 9,00%
INSS a recolher	281.502	306.837
FGTS a recolher	899	980
IRRF a recolher	892	972
IRPJ a recolher	106.680	116.281
CSLL a recolher	40.186	43.803
COFINS a recolher	49.983	54.481
PIS a recolher	10.617	11.573
Impostos Retidos	713	777
ICMS a recolher	1.130	1.232
Outros	4.718	5.143
Total	497.320	542.079

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2024, que foi de 9,00%.

Além disso, emissor e suas controladas entendem que, no cenário atual, os riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência contemplam a totalidade de condições desfavoráveis que podem ser considerados como riscos à companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS RELEVANTES

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são garantidas por depósitos recursais ou bens.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos assessores jurídicos da Companhia e sociedades controladas.

As contingências avaliadas com risco de perda “provável” são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas, sendo que as provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Registra-se, no entanto, que a chance de perda diz respeito a um aspecto estimativo, não importando, portanto, em qualquer assunção de obrigação.

Abaixo são destacados os processos não sigilosos em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes.

a) Processos de natureza tributária:

A Companhia e suas controladas são parte em ações fiscais judiciais e administrativas, vinculados à tributos cuja cobrança está sendo discutida em cada âmbito, se tratando principalmente de contribuições previdenciárias, imposto de renda, IPI, ICMS, PIS e COFINS, entre outros. Em seu resultado a Companhia considera os valores dos débitos nos termos informados e atualizados pela União.

Todavia, uma considerável parcela dos processos se refere a dívidas fiscais (estaduais e federais) parceladas administrativamente, sendo que os respectivos saldos se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da empresa, contendo atualização de multa e juros quando aplicável (SELIC).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Estão destacados abaixo os processos relacionados em Carta de Circularização como de risco alto pela assessoria jurídica, portanto, com valores atualizados para dezembro de 2023, sendo que todos os mais relevantes do grupo envolvem a controlada Companhia Minuano de Alimentos.

Cabe esclarecer que, diante da grande quantidade de processos que a controlada Minuano é parte ré, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) passou a requerer o apensamento de diversas execuções fiscais em andamento, a fim de unificar a garantia da execução, com base no art. 28 da Lei de Execuções Fiscais. Com a concordância do Juízo, a maior parte das execuções em fase de execução foram apensadas ao processo nº 5002507-72.2012.4.04.7114, sendo que este conjunto de ações é o mais relevante nesta matéria.

Por outro lado, grande parte dos débitos fiscais mencionados foram objeto de compensação com o Crédito Prêmio de IPI concedido por meio de decisão judicial no processo nº 87.00.001354-4, que, no entanto, posteriormente tiveram a sua compensação negada administrativamente pela Receita Federal. Contudo, diante do reconhecimento contábil da referida compensação pela Minuano, existe também a discussão judicial sobre a cobrança de tributação relativa ao Crédito Prêmio de IPI, uma vez que este não foi reconhecido pela Receita Federal.

Execuções Fiscais

Processo nº	5002507-72.2012.4.04.7114
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	18/04/2001
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 663.582,22 (valor da CDA) e imóveis oferecidos como garantia
f. Principais fatos	Objeto da Execução Fiscal: cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS Com base no art. 28 da Lei de Execuções Fiscais, foi determinado o apensamento de outras execuções fiscais ajuizadas em face da Companhia, em andamento, a fim de unificar a garantia da execução: (objeto e valor em 12/2022)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	5000172-07.2017.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$34.683.660,02
	5000572-21.2017.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$1.165.099,92
	5000588-14.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$1.853.150,15
	5000853-21.2010.4.04.7114/RS: COFINS - R\$9.412.177,20
	5000923-91.2017.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$4.367.012,16
	5001309-68.2010.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$79.022,14
	5001393-93.2015.4.04.7114/RS: PIS e COFINS - R\$1.106.770,91
	5001413-21.2014.4.04.7114/RS: IRPJ, COFINS, PIS e Multa - R\$2.774.035,88
	5001800-70.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$74.526,00
	5001824-35.2012.4.04.7114/RS: II - R\$130.241,98
	5001825-20.2012.4.04.7114/RS: IPI - R\$ 90.636,21
	5002001-96.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$11.953.105,12
	5002006-21.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$8.264.366,60
	5002451-05.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$19.935,17
	5002453-72.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$107,32
	5002508-57.2012.4.04.7114/RS: COFINS - R\$2.126.184,28
	5002513-79.2012.4.04.7114/RS: COFINS - R\$2.366.252,38
	5002690-38.2015.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$4.447.683,38
	5002976-21.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$30.833.658,51
	5003024-67.2018.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$17.471.871,16
	5003100-33.2014.4.04.7114/RS: IRPJ, COFINS, PIS e Contribuições Previdenciárias - R\$8.804.294,85
	5003750-51.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$11.072.866,51
	5003799-87.2015.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$5.392.635,74
	5003895-68.2016.4.04.7114/RS: PIS e COFINS -

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	R\$55.397,33 5004109-64.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$19.304,35 5004484-65.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$805.889,00 5004636-16.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$826.876,10 5004718-13.2014.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$3.784.098,10 5004733-50.2012.4.04.7114/RS: IRPJ, COFINS e PIS - R\$11.462.863,50 5004868-62.2012.4.04.7114/RS: II e Multa CLT - R\$828.122,49 5004929-20.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$10.283.204,45 5005093-48.2013.4.04.7114/RS: Contribuição Social - R\$247.212,31 5005102-10.2013.4.04.7114/RS: Multa - R\$237.198,92 5005166-54.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$2.159.340,56 5005167-39.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$7.221.528,89 5005219-35.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$1.549.196,20 5005346-94.2017.4.04.7114/RS: FGTS e Contribuição Social - R\$1.282.077,17 5006448-30.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$4.760.347,54 5006460-59.2021.4.04.7104/RS: Multa, IRPJ, Contribuição Previdenciária e Social - R\$46.180.841,75 5007296-17.2012.4.04.7114/RS: IRPJ e Contribuição Social - R\$14.761.871,17 5007313-53.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$30.396.023,76 5007807-44.2014.4.04.7114/RS: Multa - R\$41.623,80 5008475-83.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$49.956,78 Nem todos os processos estavam no mesmo estágio, portanto o apensamento é discutido nos autos.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito até o momento.
h. Estágio do processo	Aguardando realização de perícia técnica contábil

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. Chance de perda	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Relevante em razão da reunião de diversas execuções fiscais que, em conjunto, alcançam o montante expressivo.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento integral de todas as execuções fiscais envolvidas.

Processo nº	5000696-04.2017.4.04.7114
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	09/02/2017
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 126.940.438,87 (valor da CDA) e penhora de alugueres de imóveis da controlada
f. Principais fatos	Objeto: cobrança de Imposto de Renda, PIS, COFINS, Contribuições Sociais sobre o Crédito Prêmio de IPI. Embargos à Execução Fiscal ajuizados sob o nº 5005701-61.2022.4.04.7104/RS
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Ainda não houveram decisões de mérito.
h. Estágio do processo	Oferecida garantia integral – aguarda instrução e julgamento de mérito
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor expressivo
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Cobrança integral do valor executado

Processo nº	5005868-29.2014.4.04.7114
l. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
m. Instância	1º Grau
n. Data de instauração	01/08/2014
o. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
p. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 838.823,60 (valor da CDA) e imóvel oferecido como garantia
q. Principais fatos	Objeto: cobrança de Contribuições Previdenciárias. Embargos à Execução Fiscal ajuizados sob o nº 5000767-74.2015.4.04.7114/RS.
r. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença dos Embargos à Execução Fiscal</u> : julgados parcialmente procedentes os presentes embargos à execução fiscal, para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da contribuição previdenciária sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços prestados por

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho e, por conseguinte, determinar que a UNIÃO - FAZENDA NACIONAL proceda à adequação pertinente na execução fiscal embargada, excluindo os valores respectivos.
s. Estágio do processo	Determinado apensamento ao processo 5002507-72.2012.4.04.7114
t. Chance de perda	Provável
u. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Execução iminente
v. Análise do impacto em caso de perda do processo	Cobrança integral do valor executado

Ações ordinárias

Processo nº	0064091-31.2014.4.01.3400
a. Juízo	22ª Vara Federal de Brasília/DF
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	15/09/2014
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 241.737.741,36 (valor da causa)
f. Principais fatos	Ação Anulatória de Decisão Administrativa para suspender a exigibilidade dos débitos compensados com os créditos-prêmio de IPI concedidos por meio de decisão judicial, processo nº 87.00.001354-4.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito até o momento. - Sentença extinguindo o feito, sem exame de mérito. Opostos embargos de declaração. Proferida decisão rejeitando os embargos opostos. Interposto recurso de apelação pela empresa.
h. Estágio do processo	Aguarda julgamento do Recurso de Apelação interposto.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Valor da causa atualizado

Processo nº	0062699-22.2015.4.01.3400
a. Juízo	22ª Vara Federal de Brasília/DF
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	21/10/2015
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.261.216,80

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. Principais fatos	Ação Anulatória de Decisão Administrativa para manutenção do parcelamento (MP 470), relativo a débitos compensados com os créditos-prêmio de IPI concedidos por meio de decisão judicial, processo nº 87.00.001354-4.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito até o momento.
h. Estágio do processo	Aguarda realização de perícia.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Valor da causa atualizado

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b) Processos de natureza cível:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 74 ações cíveis. A maior parte das ações de natureza cível nas quais a Companhia e suas controladas figuram como Réis envolvem questões rotineiras de seus negócios, tais como pedidos de indenizações por supostas cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, alegações de descumprimento contratual, indenizações por danos morais e materiais, dentre outras. Por outro lado, as companhias são autoras em processos de execução de clientes devedores, por descumprimento contratual, dentre outros.

Abaixo são destacados os processos cíveis em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes individualmente, constando valor de contingência em 31/12/2023:

Piazzeta, Boeira & Grau – Advocacia Empresarial

Processo nº	017/1.13.0002978-6 (eproc 5001243-27.2013.8.21.0017)
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	14/05/2013
d. Partes no processo	Piazzeta, Boeira & Grau – Advocacia Empresarial e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 15.625.000,00
f. Principais fatos	O processo se originou da cobrança de honorários baseada em instrumento particular de contrato para recuperação de Crédito de Prêmio de IPI (Ação Declaratória n. 87.00.01354-4). Após a sentença que julgou a procedência da ação, a Companhia optou por divulgar a informação ao mercado por meio de fato relevante em razão do valor envolvido. Em outubro de 2020, a Sulaves S.A. requereu ingresso nos autos como <i>Amicus Curie</i>, apresentando ao Juiz o trânsito em julgado da sentença criminal condenatória da ex-Diretoria da Minuano envolvida com o crime de apropriação indébita previdenciária, em razão do uso indevido do Crédito Prêmio IPI.
g. Resumo das decisões	<u>Sentença</u> : julgada a procedência da ação, sob o

4.4 Processos não sigilosos relevantes

de mérito proferidas	fundamento que o contrato se refere à compensação ou transferência de valores do Crédito Prêmio IPI ou a superveniência de evento financeiro vinculado à fruição do incentivo. A decisão foi baseada no laudo pericial contábil que, após avaliação de assentamentos, livros contábeis e documentos fiscais, não identificou registro de pagamentos dos honorários em discussão e concluiu que em todos os balanços está registrado no ativo os valores referentes ao crédito em questão. O Juízo entendeu que a prova pericial deve prevalecer sobre a testemunhal, condenando a Companhia Minuano a pagar 12% (R\$ 15.625.000,00) do Crédito compensado acrescido de 10% de honorários sucumbenciais sobre o valor da condenação. <u>Julgamento do Recurso de Apelação:</u> o Tribunal de Justiça deu provimento ao Recurso apresentado pela Companhia Minuano, decidindo pela reforma da sentença, julgando improcedente o pedido inicial, sob o fundamento de que a imposição de honorários à ré dependia de efetivo êxito. Os julgadores entenderam que, ao indicar as compensações no seu balanço patrimonial, a ré apenas agia na mera expectativa de que a RFB promovesse a homologação, o que não se concretizou ao longo dos anos, gerando severo débito, de modo que não há falar em proveito econômico decorrente da sentença proferida na ação n. 87.00.01354-4. A decisão também determinou que a autora acará com as custas processuais e R\$ 30.000,00 de honorários advocatícios em favor dos patronos da ré.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento de recursos para grau extraordinário
i. Chance de perda	Perda Remota
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	O processo passou a ser divulgado em razão da decisão desfavorável em primeiro grau e da relevância financeira, mas a Companhia obteve êxito em reverter a decisão nos graus ordinários.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Valor da causa atualizado, acrescido de honorários sucumbenciais

Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger

Processo nº	017/1.17.0000100-5 (5002118-55.2017.8.21.0017)
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	19/12/2016

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no processo	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger, Companhia Minuano de Alimentos e Minupar Participações S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.135.868,18 - valor da causa
f. Principais fatos	Processo de execução de título extrajudicial, originário de contrato particular de mútuo oneroso, no valor de R\$ 1.364.850,00.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	Processo será extinto diante da decisão favorável para a Companhia nos Embargos à Execução nº 017/1.17.0002319-0 (5002118-55.2017.8.21.0017): <u>Sentença:</u> Os embargos à execução foram acolhidos, extinguindo a ação de execução pela falta de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo (contrato sem força executiva). Condenou o exequente/embargado ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios em favor dos procuradores das embargantes no valor de R\$ 50.000,00. <u>Julgamento em sede de Recurso de Apelação:</u> o Tribunal negou provimento ao recurso do embargado, sendo mantida a sentença e majorados os honorários advocatícios para 11% sobre o valor atualizado da execução.
i. Chance de perda	Não há risco de perda
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Processo envolvendo mútuo oneroso com parte relacionada, parte contrária é antigo Administrador das Companhias do grupo.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não se aplica.

Agostinho Carrer Participações S.A. e Frigorífico Nova Araçá Ltda.

Processo nº	017/1.14.0000721-0 (eproc 5001358-14.2014.8.21.0017)
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	18/02/2014
d. Partes no processo	Minupar Participações S.A. (exequente), Agostinho Carrer Participações S.A. e Frigorífico Nova Araçá Ltda. (executadas)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.652.270,03

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. Principais fatos	Ação de Execução de Título Extrajudicial relativa a Escritura Pública de Mútuo firmada entre as partes. O mútuo foi firmado em virtude do Contrato de Promessa de Aquisição, Incorporação ou Fusão Societária e Outras Avenças que as partes firmaram, no entanto, após a Due Diligence a aquisição/incorporação/fusão não foi concretizada. As executadas ajuizaram Embargos à Execução sob o nº 017/1.14.0003383-1 em 16/06/2014, descrito a seguir. Em 11/10/2019, nos autos dos Embargos à Execução, foi homologado o acordo firmado englobando todos os processos em tramitação entre as partes e incluindo a Companhia Minuano de Alimentos e os senhores Orlando Carrer e Pedro Carrer, que eram partes dos outros processos (autuados sob nº 017/1.14.0003383-1, 051/1.14.0001737-6, 090/1.15.0002414-0 e 017/1.15.0001091-4). Em fevereiro de 2020 foi determinada penhora no rosto dos autos para pagamento de Execução Fiscal nº 5003100-33.2014.4.04.7114 (União x Minuano), passando a ser depositados os valores judicialmente. Em novembro de 2023 foi verificado o descumprimento integral do acordo, restando possibilitado o prosseguimento da execução. Em janeiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial ajuizado pela executada Frigorífico Nova Araçá Ltda. (atual Agroaraçá Indústria de Alimentos) e deu prosseguimento à Execução em face de Agostinho Carrer Participações S.A. (atual P&O Participações).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 11/10/2019, nos autos dos Embargos à Execução, foi homologado o acordo firmado englobando este e os demais processos em tramitação entre as partes, bem como, a Companhia Minuano de Alimentos e os senhores Orlando Carrer e Pedro Carrer, que eram partes dos outros processos.
h. Estágio do processo	Execução em andamento.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento do crédito, caso a Companhia não tenha êxito na cobrança dos valores.

4.4 Processos não sigilosos relevantes**Município de Cruzeiro do Sul**

Processo nº	5004391-65.2021.8.21.0017
a. Juízo	1ª Vara Cível de Lajeado/RS
b. Instância	1º grau
c. Data de instauração	21/07/2021
d. Partes no processo	Município de Cruzeiro do Sul e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Imóvel localizado no município de Cruzeiro do Sul
f. Principais fatos	O Município de Cruzeiro do Sul efetivou a revogação da doação do imóvel por suposto descumprimento de encargo, requerendo a reversão do bem ao patrimônio público. A doação ocorreu em 1973, e se deu por escritura pública, contendo como condição a “construção de moderno aviário”.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença</u> : julgada a improcedência total da ação. <u>Julgamento em sede de Recurso de Apelação</u> : O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul reverteu a sentença para julgar pela validade da revogação.
h. Estágio do processo	A Companhia continua recorrendo da decisão pelos meios disponíveis.
i. Chance de perda	Perda possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Envolve imóvel da Companhia controlada
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Risco de reversão do imóvel ao patrimônio público

Welinton Balderrama dos Reis

Processo nº	5014361-69.2024.8.21.0022
a. Juízo	Juizado Regional Empresarial da Comarca de Pelotas/RS
b. Instância	1º grau
c. Data de instauração	24/04/2024
d. Partes no processo	Welinton Balderrama dos Reis e Minupar Participações S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que havia sido convocada para se realizar no dia 26 de abril de 2024.
f. Principais fatos	Nova alegação de abuso do controlador pelo acionista minoritário, antigo administrador da Companhia,

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	requerendo a suspensão da convocação.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Não há.</u>
h. Estágio do processo	Apresentada contestação e aguardando instrução.
i. Chance de perda	Perda possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Envolve questões societárias
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de custos processuais e honorários

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c) Processos de natureza trabalhista:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas figuravam como reclamadas em 384 processos judiciais de natureza trabalhista, principalmente decorrentes da operação executada na Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta. A quantidade representa 74 ações a menos em comparação ao encerramento do exercício anterior. Apesar disso, foram ajuizadas 159 novas reclamações no decorrer do exercício de 2023, significando um aumento de 27,2% em comparação com 2022, quando foram recebidos 125 novos processos.

Em razão do segmento de atuação da controlada indireta, a quantidade de reclamações trabalhistas ajuizadas por ano é considerado fator relevante de impacto, deste modo, a Companhia segue mantendo uma atuação preventiva, a realização estratégica de acordos e a mitigação de medidas judiciais com prognóstico reduzido de êxito, visando a redução de custos e da quantidade de processos em andamento.

Além das reclamações, há uma Ação Civil Pública em tramitação que versa sobre horas *in itinere*, conforme detalhamento abaixo. Todos os processos estão registrados em sistema interno e são cuidadosamente acompanhados pelo corpo jurídico em conjunto com escritório de advocacia externo.

No final de 2023, a provisão para perdas prováveis nestes processos alcançava o montante aproximado de R\$ 6.590 mil, com depósitos recursais de aproximadamente R\$ 4.611 mil. Os processos na esfera trabalhista mais relevantes individualmente estão descritos a seguir:

Processo nº	0020323-75.2018.5.04.0772
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	2º grau
c. Data de instauração	02/07/2018
d. Partes no processo	M. P. T. e C. M. A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$300.000,00 e obrigação de computar a jornada <i>in itinere</i>
f. Principais fatos	Ação Civil Pública ajuizada para requerer que a Companhia realize o cômputo das horas <i>in itinere</i> na jornada de trabalho dos empregados e o pagamento de indenização por danos morais.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença</u>: julgado parcialmente procedente para condenar ao pagamento de dano moral coletivo no importe de R\$300 mil pelo não cumprimento da legislação. <u>Julgamento dos Recursos Ordinários</u>: O Tribunal deu parcial provimento ao recurso do autor para determinar que seja computado na jornada de trabalho o tempo despendido a título de horas <i>in itinere</i>, para os empregados cujo vínculo teve início até a data de 10/11/2017, em parcelas vencidas e vincendas, quando concedida a condução ao local de trabalho. Fixada multa de R\$10 mil por mês em caso de descumprimento e majorados os danos morais para R\$ 500 mil. Em julgamento de Embargos de Declaração, houve modificação para fazer constar que: (1) a determinação se restringe ao registro da jornada <i>in itinere</i> e sua manutenção, em ocorrências consolidadas e futuras, e não ao seu efetivo cômputo na jornada de trabalho; (2) fica pronunciada a prescrição bienal em relação aos contratos encerrados antes de 07/06/2016; (3) reduzir o valor dos danos morais para R\$350 mil. <u>Julgamento de Recurso de Revista</u>: Tribunal Superior do Trabalho (TST) acolheu a preliminar do recurso de revista da Cia. Minuano de nulidade da decisão proferida pelo TRT4, em razão de não ter enfrentado todas as questões suscitadas pela empresa nos recursos e embargos declaratórios que interpôs. Com isso, o processo retornará à Porto Alegre para que a Turma do TRT4 profira novo julgamento a respeito destas matérias.
h. Estágio do processo	Aguardando novo julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4º região.
i. Chance de perda	Provável
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Envolve direito coletivo e risco de condenação financeira elevada.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 350.000,00 e obrigação de registrar a jornada <i>in itinere</i> , mesmo após a Reforma Trabalhista.

Além disso, em razão do segmento de atuação da Companhia controlada, a quantidade de reclamações trabalhistas ajuizadas por ano também pode ser considerado fator relevante de impacto. Referidas ações versam basicamente sobre reconhecimento de hora extra e seus reflexos, nulidade de regime de compensação de jornada, indenização por acidente de trabalho, indenização por danos morais e materiais, dentre outras matérias.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas provisionados estão abaixo elencadas:

1) Horas Extras e Reflexos e Horas *in itinere*:

A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de horas extraordinárias de trabalho (como intervalo intrajornada, térmico e da mulher, tempo à disposição, tempo para troca de uniforme, dentre outros) e horas *in itinere*.

Raramente a Companhia é condenada em processos com pedidos de horas *in itinere* referentes ao período posterior à edição da Lei nº 13.467/2017, que reformou a legislação trabalhista nesta matéria.

2) Nulidade de regime de compensação de jornada:

Mediante alegações de prestação de horas extras habituais realizados em atividades relacionadas em condições insalubres, a controlada Companhia Minuano de Alimentos é comumente condenada pelo Poder Judiciário ao pagamento das verbas referente à declaração de invalidade do regime de compensação de jornada previsto no seu Acordo Coletivo.

Com o advento da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que prevê prevalência do Acordo Coletivo sobre o artigo 60 da CLT, houve uma gradual mudança de entendimento dos julgadores, que passaram a avaliar a habitualidade da prestação de horas extras individualmente.

Essa perspectiva ganhou mais força com a determinação de suspensão nacional de processos que envolviam discussão sobre a validade de norma coletiva que limite ou restrinja direito trabalhista não assegurado constitucionalmente, conforme despacho proferido pelo Ministro Gilmar Mendes no *Leading Case* ARE 1121633, representativo do Tema 1046 do Supremo Tribunal Federal – STF.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

O julgamento do Tema ocorreu em junho de 2022, se firmando a tese de que são constitucionais os acordos coletivos que pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.

Assim, espera-se que as decisões judiciais se firmem no sentido de reconhecer a cláusula constante no acordo coletivo da Companhia, afastando condenações em sentido contrário.

3) *Acidente de Trabalho ou Doença a este equiparado:*

A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de indenizações por danos ligados a acidentes de trabalho ou doenças a este equiparado sofridos por seus colaboradores, assim considerados todo infortúnio que ocorra com os mesmos quando do exercício de suas atividades. Da mesma forma, o acometimento de doenças ocupacionais, ou seja, com liame causal no exercício das tarefas intrínsecas ao trabalho.

A fim de combater e prevenir tais situações a Companhia Minuano de Alimentos conta com SESMT ativo e observa todos os programas previstos nas normas regulamentadoras que dispõe sobre ergonomia e segurança do trabalho.

4) *Indenização por Danos Morais:*

Alguns dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem moral supostamente causados pela Companhia e suas controladas. Tais pedidos fundamentam-se em supostas ações ou omissões dos prepostos que tenham porventura ferido os bens de ordem moral do requerente.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A fim de combater e prevenir tais situações a controlada Companhia Minuano de Alimentos conta com RH ativo e setor de *Compliance*. Foi implantado Canal de Denúncias terceirizado, o que oportuniza a realização do serviço em ambiente totalmente externo, estando disponível a denúncia anônima. Além disso, por meio de aplicativo para dispositivos móveis disponível aos funcionários é possibilitado o compartilhamento de ideias que auxiliem na melhoria do ambiente de trabalho.

5) Indenização por Danos Materiais:

Grande parte dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem material causados pela Companhia, decorrentes dos mais variados tipos de ações ou omissões de seus colaboradores que tenham porventura ferido um bem patrimonial do requerente, diminuindo o valor dele, restringindo sua utilidade, ou mesmo a anulando.

Exemplo disso ocorre nos casos que incluem discussão de acidente ou doença do trabalho, onde através de laudos médicos é possível quantificar a perda da capacidade laborativa do caso. Eventual perda laborativa é quantificada através de tabela da SUSEPE, amplamente conhecida entre os médicos peritos.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

INDICAR O VALOR TOTAL PROVISIONADO DOS PROCESSOS DESCRITOS NO ITEM 4.4

A Companhia e suas controladas provisionam os valores de risco de perda provável do montante discutido em processos judiciais nos quais são partes, com base na avaliação dos assessores jurídicos. Além desses, também são contingenciados os processos com risco de perda possível, contudo, sem provisão contábil.

Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os processos judiciais com probabilidade de risco de perda provável somavam R\$ 7.890 mil.

Deste valor, a provisão para perdas prováveis nos processos de natureza cível totalizava R\$ 1.117 mil, havendo, contudo, depósitos judiciais no montante de R\$604 mil. Dos processos de natureza trabalhista, a provisão alcançava o montante aproximado de R\$ 6.590 mil, havendo depósitos recursais de aproximadamente R\$ 4.611 mil.

Por fim, a provisão de perdas prováveis de processos de natureza tributária alcança o montante de R\$183 mil, relativo ao valor atualizado de uma ação monitória movida em face da Companhia Minuano. As execuções fiscais, entretanto, são tratadas como passivos tributários, os quais são reconhecidos como obrigações tributárias nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

4.6 Processos sigilosos relevantes

PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES

A Companhia e suas controladas são parte, em sua grande maioria, em processos públicos, conforme descritos nos itens 4.4 e 4.5, no entanto, daqueles enquadrados como em Segredo de Justiça, destacamos os seguintes:

Processos de natureza Cível

Processo nº	5002410-98.2021.8.21.0017
a. Juízo	2ª Vara Cível de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	30/04/2021
d. Partes no processo	A.C.R.C, W.B.R x M.P.S., C.C.S.V, M.S.H e C.E.H.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Anulação de convocação de Assembleia Geral Ordinária que havia sido convocada para ocorrer em abril de 2021. Impossibilitada a realização da Assembleia na data convocada, a Companhia realizou nova convocação e a Assembleia foi realizada com atraso.
f. Chance de perda	Possível
g. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de honorários sucumbenciais e custas

Processos de natureza Trabalhista

Processo nº	0020783-23.2022.5.04.0772
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	31/10/2022
d. Partes no processo	L. V. C., M. V. C. S. x C. M. A. e B. S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Indenização por danos morais e materiais. Valor da causa R\$ 3.032.600,00
f. Chance de perda	Perda Possível
g. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 3.032.600,00 atualizado e acrescido de honorários e custas.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Processo nº	0020772-76.2023.5.04.0701
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	16/08/2023
d. Partes no processo	R. E. C. da S., J. L. V. dos S., A. S. S., A. S. S., A. S. S., G. S. S., S. S. S., L. A. S. S., L. da S. dos S., R. S. S. e R. S. S. X C. M. A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Indenização por danos morais e materiais. Valor da causa R\$ 667.254,00
f. Chance de perda	Perda Possível
g. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 667.254,00 atualizado e acrescido de honorários e custas.

4.7 Outras contingências relevantes

OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES

Além das contingências informadas anteriormente, a controlada Minuano é frequentemente fiscalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério Público do Trabalho, especialmente no que se refere a forte atuação dos órgãos em frigoríficos, que podem resultar em processos administrativos com aplicação de sanções administrativas, podendo, eventualmente, ser firmados Termos de Compromisso e/ou Termos de Ajustamento de Conduta.

Neste sentido, em dezembro de 2023 foi firmado Termos de Ajustamento de Conduta pela Minuano com o Ministério Público do Trabalho, no qual a Companhia se comprometeu ao cumprimento da Norma Regulamentadora 12, a fim de garantir a segurança dos empregados na operação de máquinas e equipamentos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

EM RELAÇÃO AOS RISCOS INDICADOS NO ITEM 4.1 E 4.3

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

O emissor não formalizou uma política de gerenciamento de riscos em razão de não realizar as atividades operacionais do grupo, as quais estão centralizadas na Companhia Minuano de Alimentos, sociedade anônima de capital fechado que é sua controlada indireta. Quando existentes políticas aprovadas na Companhia Minuano, os procedimentos realizados para as demais empresas do grupo devem observar as mesmas regras, especialmente porque todos os empregados e diretores estão ligados à controlada.

Na controlada indireta, a política de gerenciamento de riscos de Compliance foi formalizada através do mapeamento de riscos internos da operação inerentes as áreas mais expostas a riscos da empresa. O mapeamento foi aprovado pelos Diretores da Controlada e pelos membros do Comitê de Compliance com auxílio da prestação de serviço de assessoria externa.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos:

Em razão da reestruturação recente nos procedimentos de gerenciamento de riscos de compliance da Companhia Minuano, o mapeamento abrange os riscos internos da operação, não sendo inseridos os riscos de mercado inerentes a negociação de ações na Bolsa de Valores, os quais são avaliados nas reuniões da administração.

Por outro lado, a empresa busca mitigar todos os riscos que possam de alguma forma afetar o desenvolvimento da operação da empresa, tais como riscos financeiros, de processo, ambientais, legais, de conflito de interesses, de corrupção, de segurança da informação, segurança alimentar e segurança do trabalho, entre outros.

A empresa controlada utiliza instrumentos para a proteção como, a revisão periódica do mapeamento de riscos de compliance, verificação da eficácia das medidas aplicadas aos riscos elencados, elaboração de políticas e procedimentos internos com diretrizes claras a serem observadas por colaboradores e terceiros (Política de Código de Ética,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Política de Conduta, Política de Due Dilingence, Política de Brindes, Doações, Bônus e Gratificações), monitoramento contínuo das atividades operacionais e execução de auditorias internas nas áreas da empresa.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos envolve os gestores de cada área, bem como setores chaves da empresa como Diretoria, Compliance, Jurídico, Contabilidade e Financeiro. Contudo, dentro do projeto de estruturação do programa de Compliance, os procedimentos para o gerenciamento de riscos ainda estão sendo desenvolvidos e aprimorados, de modo que nem todos estão formalizados em documentos aprovados.

Os procedimentos para pagamentos, contratos, compras, acordos, investigações internas, controle de documentos, entre outros, do emissor e suas controladas têm sua conformidade verificada pelo setor de Compliance da Companhia Minuano e pelo Programa de Auditorias Internas de Documentos realizado pelo setor de Gestão da Qualidade.

Diante da recorrência das enchentes, foram criados procedimentos específicos para tratar do plano de contingência que deve ser colocado em prática no caso de inundações. O plano abrange monitoramento do clima e previsão meteorológica de acordo com boletim de informações da Defesa Civil da cidade; acionamento da Brigada de Emergência para providenciar a evacuação dos colaboradores; comunicação direta com a defesa civil municipal e as autoridades locais; interrupção do abastecimento de água (em razão da potabilidade); realocação de produtos, matérias primas e insumos para locais livres de inundação; acionamentos dos setores de engenharia e manutenção para a retirada de equipamentos e placas elétricas.

Após a ocorrência do evento e a devida retomada da produção, ainda são tomadas ações corretivas e de melhoria dos processos utilizados nessas ocasiões com elaboração de dados, investigações e ações corretivas.

Além disso, para gerenciamento dos riscos patrimoniais, o emissor sempre adotou política de contratação de seguros a fim de resguardar integralmente seu patrimônio, No entanto, atualmente, existem seguros contratados para cobrir eventuais sinistros somente nas Granjas e Incubatório.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Ainda no episódio da enchente que ocorreu no ano de 2020, a controlada Minuano passou a enfrentar problemas para a contratação de seguro para a unidade atingida. Apesar disso, até julho de 2023 existiam apólices contratadas para todas as unidades, ainda que não estivessem assegurando a empresa contra sinistros decorrentes de inundações, conforme descrito no item 2.1 deste Formulário.

Neste sentido, existem dois fatores principais que passaram a dificultar a contratação de seguros. Na fábrica de embutidos está relacionado com a ocorrência das diversas enchentes recentes, acarretando na falta de interesse das seguradoras pelo alto risco e a oferta de apólices com baixa cobertura. Por outro lado, no abatedouro a falta de interesse das seguradoras abrange todos os estabelecimentos do ramo frigorífico, uma vez que está relacionada propriamente com o risco da atividade destas indústrias, em razão do histórico recente de acidentes com equipamentos e estrutura, do mesmo modo que ocorre com fábricas de rações.

Apesar do cenário de difícil negociação, a Diretoria continua buscando alternativas e opções que viabilizem a contratação de apólices de seguro patrimonial para as demais unidades.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Atualmente, a efetividade da política é verificada pela seguinte estrutura:

Conformidade: A Companhia possui setor de Compliance, o qual monitora continuamente o cumprimento de leis, acordos, regulamentos, políticas e procedimentos internos.

Políticas e procedimentos internos: A Companhia possui diretrizes e critérios a serem observados pelos colaboradores e terceiros, afim de cumprir as normas e regras estipuladas pela empresa.

Sustentabilidade econômica: A Companhia reúne todos os seus executivos e profissionais chave para definição do planejamento estratégico do ano seguinte, assim como seu orçamento previsto, os quais estão alinhados ao desempenho e a sustentabilidade da empresa;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Monitoramento Operacional: a Companhia monitora as atividades operacionais continuamente, de forma a assegurar sua eficiência e eficácia. Quando identificadas fragilidades, os gestores recomendam melhorias, as quais são aprovadas junto à Diretoria e/ou ao Conselho de Administração, sendo implementadas pelos gestores responsáveis;

Regulatório/Legal: monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores jurídicos terceirizados do cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

CONTROLES ADOTADOS PELO EMISSOR PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia e de suas controladas diretas e indireta. O sistema de controle interno do grupo está direcionado na premissa de garantir, de forma razoável, e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Com base na sua avaliação da Administração, concluiu-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas diretas e indireta, mantinham controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Os diretores das empresas do grupo possuem apoio permanente dos Departamentos de Controladoria e de Compliance para elaboração e fiscalização dos processos, garantindo a adoção das boas práticas, observação das normas contábeis aplicáveis e de controle interno. A área de Compliance efetua avaliação dos processos relevantes da organização, identificando os pontos de controle e reportando-os ao Conselho Administrativo, quando for o caso.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5.2 Descrição dos controles internos

Os resultados de todos os trabalhos do departamento de Compliance são reportados aos Diretores e Gerentes envolvidos e, quando necessário, ao Conselho Administrativo.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos executam periodicamente avaliações do sistema contábil e de controles internos da Companhia, com a finalidade de comprovar a eficácia dos mesmos. O trabalho realizado pela auditoria independente é sempre acompanhado pela equipe interna mediante diálogo constante, que visa preferencialmente o alinhamento completo dos assuntos tratados, de modo que não permaneçam pontos pendentes ou em discordância.

Diante desse procedimento adotado, na avaliação das demonstrações financeiras do último exercício social, os auditores não detectaram deficiências significativas que pudessem comprometer as demonstrações contábeis do emissor e de suas controladas diretas e indireta.

As recomendações tratam de ajustes nos procedimentos internos adotados para a contabilização de alguns assuntos, como provisões de IOF, ajuste de CPC 47, provisões de férias e contribuições sociais e classificação patrimonial.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram apontadas deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente.

5.3 Programa de integridade

MECANISMOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE

Os mecanismos e procedimentos internos de integridade são estruturados na Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta do emissor, na qual está centralizada a operação e administração das Companhias do grupo e cujos empregados realizam a operação de todo o grupo.

Quando existentes políticas aprovadas na controlada, os procedimentos realizados para as demais empresas do grupo devem observar as mesmas regras, ainda que não sejam específicos para as demais empresas.

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia controlada possui políticas e procedimentos que auxiliam a todos que se relacionam com a empresa a seguir as suas diretrizes, como por exemplo a Política de Código de Ética e a Política de Conduta. As revisões das políticas e procedimentos acontecem de forma anual ou quando houver necessidade de alterações mesmo antes deste prazo. Quando do vencimento do documento, e caso não tenha alterações para realizar, ele deve ser prorrogado por mais um ano.

As políticas e procedimentos possuem elaboradores responsáveis e habilitados para sua criação ou atualização. Estes documentos são inseridos em um sistema de gestão de documentos no qual segue o fluxo de revisão e verificação pelo setor de Gestão da Qualidade. A aprovação de procedimento é feita pelo Gestor da área, e a aprovação das políticas é feita pelos Diretores da Companhia.

A Controlada possui uma Política de Código de Ética aplicada a todos que mantêm relação de qualquer natureza com Companhia e uma Política de Conduta aplicada aos colaboradores da empresa.

A empresa possui uma política de Medidas Disciplinares que é aplicada aos empregados em casos de não cumprimento as normas e regras estipuladas pela Companhia.

5.3 Programa de integridade

A Política de Código de Ética tem como data de aprovação 19/09/2022 e está disponível para acesso no endereço <https://portal.minuano.com.br/> e nos sistemas internos da controlada. A Política de Conduta foi aprovada em 25/08/2023 e está disponível para acesso apenas pelos funcionários em sistemas internos específicos.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Canal de Denúncias da Companhia controlada é administrado por empresa terceira e é aberto para o recebimento de denúncias de terceiros e de colaboradores. O acesso ao canal pode ser realizado via web, 0800 ou aplicativo Minuzito, disponibilizado aos funcionários. As denúncias recebidas são apuradas pelo setor de Compliance em processo administrativo específico.

As denúncias podem ser realizadas de forma anônima ou identificada. A Controlada mantém normas internas de proteção ao denunciante, tendo como garantias a vedação a qualquer tipo de retaliação e o caráter sigiloso das investigações.

c. casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

Não houveram casos confirmados nos últimos 3 exercícios sociais.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica, pois o emissor possui medidas de prevenção, detecção e remediação de atividades irregulares contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA

Em virtude da ocorrência de episódios mais frequentes e severos de enchentes, os fatores de risco foram reorganizados para considerar nova classificação de relevância, sendo incluídos os procedimentos adotados para gerenciar esse risco. Além disso, diante da dificuldade de contratação de seguros, também foi informado cenário atual de cobertura do patrimônio.

5.5 Outras informações relevantes

Documento não preenchido.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ANA CRISTINA RIBEIRO MORALES						
087.327.908-56	Brasil	Não	Não	28/06/2024		
Não						
55.000	0,775	0	0,000	55.000	0,775	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CHAO EN MING						
019.210.358-03	Brasil	Não	Sim	28/06/2024		
Não						
17.500	0,246	0	0,000	17.500	0,246	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FRANCISCO ASCLÉPIO BARROSO AGUIAR						
170.810.253-15	Brasil	Não	Não	28/06/2024		
Não						
569.919	8,027	0	0,000	569.919	8,027	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
HELENICE HONORIO MORALES						
166.263.738-11	Brasil	Não	Não	28/06/2024		
Não						
162.000	2,282	0	0,000	162.000	2,282	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
J.O.M. PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.						
68.919.034/0001-18	Brasil	Não	Não	28/06/2024		
Não	JOSÉ OSWALDO MORALES JÚNIOR		Física	066.016.438-82		
189.000	2,662	0	0,000	189.000	2,662	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JOSÉ OSWALDO MORALES JÚNIOR						
066.016.438-82	Brasil	Não	Não	28/06/2024		
Não						
391.000	5,507	0	0,000	391.000	5,507	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO						
076.434.648-20	Brasil	Não	Sim	28/06/2024		
Não						
295.500	4,162	0	0,000	295.500	4,162	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARIA ANTONIA RIBEIRO MORALES						
352.809.948-80	Brasil	Não	Não	28/06/2024		
Não						
18.000	0,254	0	0,000	18.000	0,254	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARIA BEATRIZ RIBEIRO MORALES						
407.079.238-40	Brasil	Não	Não	28/06/2024		
Não						
17.000	0,239	0	0,000	17.000	0,239	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MARIA CLARA RIBEIRO MORALES						
352.809.958-51	Brasil	Não	Não	28/06/2024		
Não						
18.000	0,254	0	0,000	18.000	0,254	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SERRA DO RONCADOR PARTICIPAÇÕES LTDA.						
11.277.211/0001-92	Brasil	Não	Sim	28/06/2024		
Não						
1.719.479	24,218	0	0,000	1.719.479	24,218	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WELLINGTON ARAUJO DE OLIVEIRA						
020.428.517-87	Brasil	Não	Não	28/06/2024		
Não						
449.551	6,332	0	0,000	449.551	6,332	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZZL PARTICIPAÇÕES S.A.						
11.743.875/0001-08	Brasil	Não	Sim	28/06/2024		
Não						
1.680.538	23,669	0	0,000	1.680.538	23,669	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1.517.613	21,375	0	0,000	1.517.613	21,375	
TOTAL						
7.100.100	100,000	0	0,000	7.100.100	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SERRA DO RONCADOR PARTICIPAÇÕES LTDA.				11.277.211/0001-92		
CHAO EN MING						
019.210.358-03	Brasil	Não	Sim	17/10/2016		
Não						
30.789	99,000	0	0,000	30.789	99,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO						
076.434.648-20	Brasil	Não	Não	17/10/2016		
Não						
311	1,000	0	0,000	311	1,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SERRA DO RONCADOR PARTICIPAÇÕES LTDA.				11.277.211/0001-92		
31.100	100,000	0	0,000	31.100	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZZL PARTICIPAÇÕES S.A.				11.743.875/0001-08		
CYNTHIA CHRISTINA DA SILVA VELLO						
104.434.508-03	Brasil	Não	Não	08/11/2018		
Não						
1	0,100	0	0,000	1	0,100	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SERRA DO RONCADOR PARTICIPAÇÕES LTDA.						
11.277.211/0001-92	Brasil	Não	Sim	08/11/2018		
Não						
999	99,900	0	0,000	999	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZZL PARTICIPAÇÕES S.A.				11.743.875/0001-08		
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SERRA DO RONCADOR PARTICIPAÇÕES LTDA.				11.277.211/0001-92		
CHAO EN MING						
019.210.358-03	Brasil	Não	Sim	17/10/2016		
Não						
30.789	99,000	0	0,000	30.789	99,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO						
076.434.648-20	Brasil	Não	Não	17/10/2016		
Não						
311	1,000	0	0,000	311	1,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SERRA DO RONCADOR PARTICIPAÇÕES LTDA.				11.277.211/0001-92		
31.100	100,000	0	0,000	31.100	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/06/2024
Quantidade acionistas pessoa física	1.411
Quantidade acionistas pessoa jurídica	30
Quantidade investidores institucionais	10

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

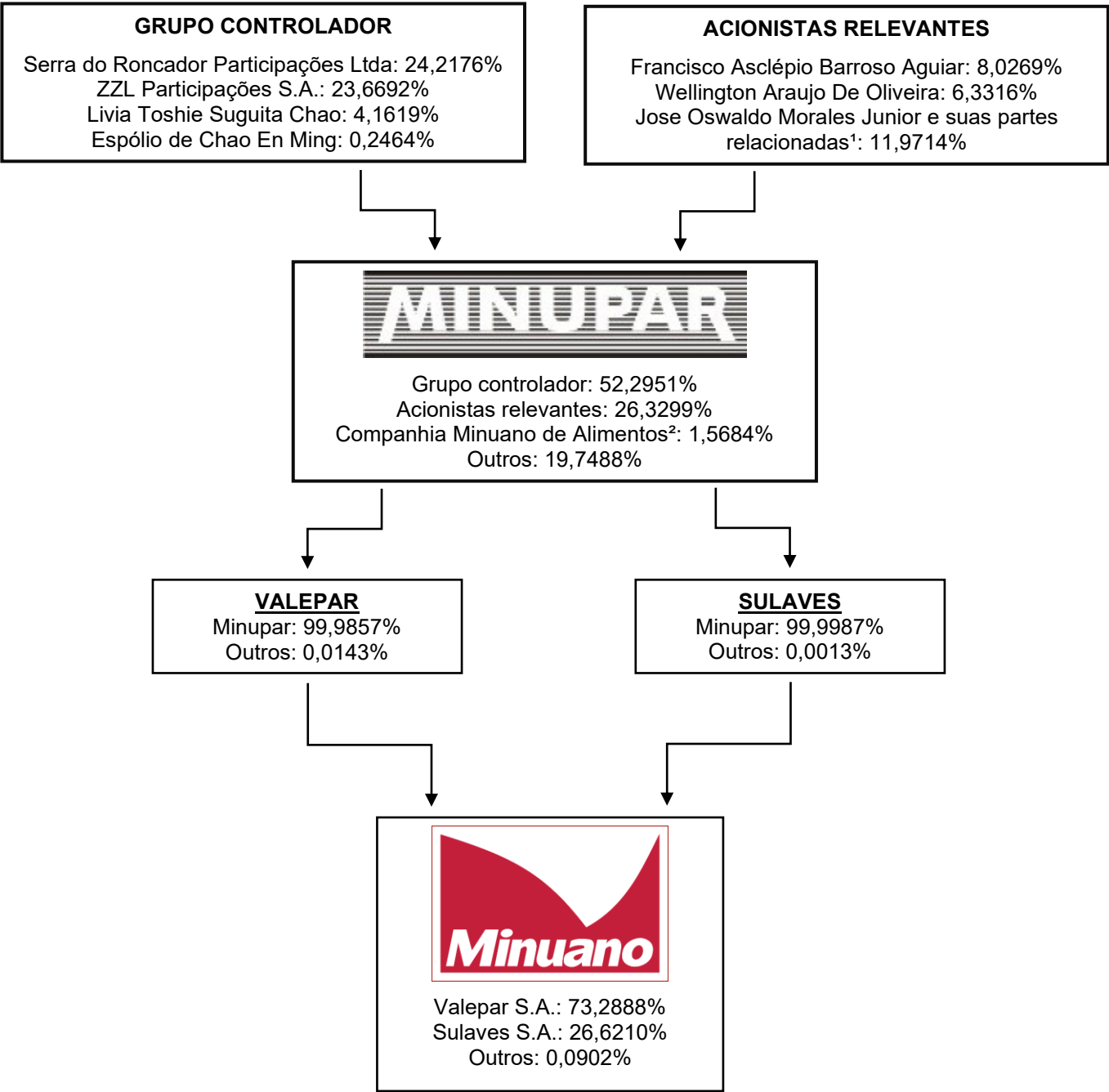
Quantidade ordinárias	3.271.914	46,083%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	3.271.914	46,083%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS	84.430.800/0001-32	99,91
SULAVES S/A.	93.463.289/0001-66	99,99
VALEPAR S/A.	93.463.305/0001-10	99,98

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO DO GRUPO MINUPAR



¹ J.O.M. Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., Helenice Honorio Morales, Ana Cristina Ribeiro Morales, Maria Antônia Ribeiro Morales, Maria Clara Ribeiro Morales, Maria Beatriz Ribeiro Morales.

² Ver item 6.6.

6.6 Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Com o falecimento do Sr. Chao En Ming em 30/01/2021, atualmente, as ações por ele detidas, diretamente ou indiretamente, estão envolvidas em processo de inventário litigioso.

Ainda, conforme destacado na nota explicativa nº 8 – Outras despesas operacionais, a Companhia Minuano passou a ser, temporariamente, titular de ações da Minupar transacionadas no acordo judicial firmado nos autos dos processos nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, todos em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado – RS, tendo como partes Döhler S.A (“Döhler”) e Companhia Minuano de Alimentos (“Companhia Minuano”).

No citado acordo, as partes concordaram com a concessão à Companhia Minuano do prazo para pagamento parcelado até dezembro de 2023, a Döhler cedeu à Companhia Minuano 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações da Minupar Participações S.A (“Minupar”), em devolução àquelas que lhe haviam sido entregues por meio de acordo judicial anterior, cuja validade vinha sendo discutida.

No mês de maio de 2023 a Companhia encaminhou consulta formal à CVM sobre o tema, diante do disposto no artigo 244 da Lei 6.404/76 que veda a participação recíproca entre a companhia e suas controladas.

Em 20/12/2023 foi recebido o retorno definitivo da CVM, que concluiu que as ações foram regularmente emitidas e que a transferência das ações pela Döhler à MINUANO não se caracteriza aquisição de ações de controladora por controlada, vedada pela legislação, com isso, não verificou impedimento para que essas ações sejam negociadas no mercado.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR

O Emissor é administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria, de acordo com seu Estatuto Social, elaborado conforme a Lei 6.404/76.

A gestão do Emissor está estruturada de forma que o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária atuem com forte visão estratégica e colegiada, apoiados por diretorias executivas que são responsáveis pela gestão das diversas áreas das controladas diretas e indiretas, responsáveis pelo cumprimento das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Além dos órgãos que a administram, o Estatuto Social prevê a eleição de um conselho fiscal não permanente, por solicitação dos acionistas, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão da administração responsável pela formulação e monitoramento da implementação das orientações e políticas gerais para a consecução de negócios, incluindo a estratégia de longo prazo.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros. Os membros do conselho de administração são eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, sendo autorizada a reeleição.

Na Assembleia Ordinária de 2023 foi aprovada a composição com 5 (cinco) membros eleitos. Para verificar o nome, título e data de eleição dos atuais membros do conselho de administração, veja o item 7.3 deste Formulário de Referência. A composição eleita se manterá nestes moldes até a realização da Assembleia Ordinária de 2024, que teve sua realização suspensa por decisão judicial liminar, como será melhor esclarecido no item 7.8 deste Formulário.

Desde 2021 o Conselho de Administração manteve a indicação de um Coordenador de Trabalhos ligado à sua Secretaria, para organizar pautas, atas, documentos, fluxo de comunicação entre os órgãos administrativos e secretariar as reuniões, atuando do

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

mesmo modo no suporte ao Conselho Fiscal.

Competências do Conselho de Administração

Conforme a legislação societária brasileira, os membros do Conselho de Administração não podem votar sobre qualquer assunto ou intervir em qualquer operação em que haja conflito de interesses entre a Companhia e o respectivo membro do conselho de administração.

Além das atribuições que lhe confere a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração:

- (a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) Aprovar planos de desenvolvimento, bem como os investimentos necessários à sua execução;
- (c) Aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operações e/ou de investimentos;
- (d) Acompanhar em caráter permanente o desenvolvimento e desempenho da sociedade;
- (e) Estabelecer a estrutura administrativa da sociedade e aprovar o seu Regimento Interno;
- (f) Eleger e destituir Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas;
- (g) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (h) Fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores quando votada em verba global, bem como a participação de empregados;
- (i) Estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da companhia;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (j) Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- (k) Manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- (l) Deliberar “ad referendum” da Assembleia Geral, sobre os pagamentos de dividendos, inclusive intermediários;
- (m) Manifestar-se sobre o encaminhamento a Assembleia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria, inclusive de aumento de capital, destinação de lucros e alterações estatutárias, sempre que julgar conveniente;
- (n) Autorizar a criação e extinção de quaisquer estabelecimentos da Companhia, destacado o capital necessário;
- (o) Escolher e destituir os Auditores Independentes;
- p) Autorizar a aquisição de ações de emissão da companhia para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las;
- (q) Manifestar-se sobre quaisquer atos ou contratos que a diretoria submeter a sua aprovação;
- (r) Autorizar o aumento de capital previsto no Artigo 6º;
- (s) Avocar para sua decisão qualquer assunto que julgar importante a orientação dos negócios da companhia, respeitada a competência da Assembleia Geral;
- (t) Autorizar a constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedade coligada ou controlada;
- (u) Autorizar a celebração de acordos, atos ou contratos entre a companhia e seus acionistas e pessoas ligadas;
- (v) Autorizar a companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;
- (w) Autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;
- (x) Autorizar a alienação de bens de ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, bem como atos e

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos atos enumerados nesta alínea, exceda os limites eventualmente fixados pelo próprio Conselho na reunião que anualmente eleger a Diretoria;

(y) Deliberar sobre os casos omissos bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto.

Ainda, compete ao Conselho de Administração a aprovação das matérias que lhes são atribuídas pelo Regimento Interno, quando aprovado, assim como as aprovações previstas nas políticas internas da Companhia.

As decisões do Conselho de Administração da Companhia serão tomadas pelo voto favorável de conselheiros que representem mais da metade dos presentes na respectiva reunião.

Diretoria

A diretoria da Companhia é um órgão administrativo com plenos poderes para administrar e gerir os negócios da daquela, incluindo a implementação das diretrizes e políticas, de acordo com os termos previstos em lei e no Estatuto Social da Companhia, assim como conforme especificado pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral.

De acordo com as disposições do artigo 23 do Estatuto Social, a Diretoria será composta de 2 (dois) Diretores, no mínimo, e de 9 (nove) no máximo, sendo um Diretor Presidente e os demais com a designação de Diretor, todos residentes no país da sede, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, a Companhia possui 02 (dois) Diretores eleitos, sendo um Presidente e um Diretor de Relações com Investidores. Para verificar o nome, título e data de eleição dos atuais membros da Diretoria, veja o item 7.3 deste Formulário de Referência.

Competências da Diretoria e representação da Companhia

Compete aos Diretores, na forma prevista no Estatuto Social, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, bem como a gestão dos

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros, observados os preceitos e limites do Artigo 22 do Estatuto Social, assim como no Regimento Interno, quando aprovado, e políticas da Companhia.

Com as exceções previstas no Estatuto Social e/ou no Regimento Interno e/ou nas políticas da Companhia, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação por parte da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por 02 (dois) Diretores ou por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador.

A Companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor:

- (a) Perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- (b) Quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à companhia;
- (c) Firmar correspondência e atos de simples rotina;
- (d) Endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da companhia;
- (e) Para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Presidente ou outro Diretor designado pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder confessar.

O Estatuto Social não impede a representação da Companhia por um ou mais procuradores, desde que as procurações sejam sempre outorgadas em nome da companhia por 02 (dois) Diretores, especificando os poderes conferidos e os limites de competência, devendo ter prazo determinado de validade, exceto para fins judiciais.

Ao Diretor de Relações com Investidores compete a representação da Companhia perante os órgãos reguladores de Companhias de capital aberto, bem como perante as demais instituições do mercado de capitais, fazendo cumprir a legislação aplicável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia poderá ser composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, o qual funcionará em caráter não permanente.

O Conselho Fiscal somente será instalado mediante requisição de acionista(s) da Companhia, observado a legislação e a regulamentação aplicáveis.

Uma vez instalado, o Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor e Regimento Interno, quando aprovado.

Desde a Assembleia Geral Ordinária de 2021, a Companhia possui Conselho Fiscal instalado por solicitação de acionistas minoritários, renovada anualmente, sendo eleitos 03 (três) membros.

Até o momento, não foram criados comitês.

Comitês:

A Companhia não possui comitês instalados, estatutários ou não.

a) Políticas de indicação e preenchimento de cargos

O emissor não possui políticas de indicação e preenchimento de cargos.

b) Mecanismos de avaliação de desempenho

Não há mecanismos de avaliação de desempenho formalizados.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira.

A lei proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	3	2	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	2	1	0	0	0
TOTAL = 13	7	6	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	0	0	0	0	1
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	0	0	0	0	1
TOTAL = 13	2	9	0	0	0	0	2

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

O Conselho de Administração possui uma Secretaria e não possui comitês instalados.

b) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo Conselho de Administração e serviços de extra-auditoria com o auditor independente

O conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente nas Reuniões do órgão. A Companhia não tem como praxe a contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente.

c) canais instituídos para questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG

O Emissor ainda não adotou canais para questões relacionadas a temas e práticas ASG cheguem até o Conselho de Administração, ainda assim, a Companhia controlada possui Canal de Denúncias administrado por empresa terceira e aberto para o recebimento de denúncias de terceiros e de colaboradores, de forma anônima ou identificada. O funcionamento do canal está detalhado no item 5.3.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome AMANDA LOPES GIMENEZ CPF: 386.671.278-25 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis são: Psicóloga e Neurocoaching Data de Nascimento: 07/01/1992

Experiência Profissional: Escolaridade:• Bacharel Psicologia Universidade de Guarulhos (UNG)• Bacharel Ciências Contábeis em curso pela Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU) - Previsão de término dezembro/2023.Experiência Profissional: Desde 2018 atua como Neurocoaching e Mediadora empresarial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

ANDRÉ RAFAEL DE OLIVEIRA

CPF:

141.183.338-48

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Contador

Data de Nascimento:

04/11/1975

Experiência Profissional:

Carreira com 25 anos de experiência em contabilidade e auditoria, sendo 10 como sócio de auditoria atendendo uma grande variedade de clientes de diversas indústrias, incluindo Varejo, Alimentos e Bebidas, Têxtil, Química e Farmacêutica e Autopeças, tendo liderado trabalhos multilocais na América do Sul, Estados Unidos e Europa. Possui sólidos conhecimentos de relatórios financeiros, IFRS, bem como normas SOx e PCAOB. Atuação em diversos IPOs.Sócio Fundador da Coimbra Partners Consultoria Empresarial - Empresa de consultoria contábil e de governança corporativa de pequeno porte criada em2019.Considerado Conselheiro Independente nos termos do Anexo K (§ 3º do art. 6º) da Resolução CVM nº 80.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	Conselho de Administração (Efetivo)		08/05/2023	Não	28/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

CELSO CÂNDIDO FILHO

CPF:

003.579.218-36

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

22/10/1958

Experiência Profissional:

Trabalhou na Bolsa por 25 anos como operador de pregão. Advogado autônomo desde 2002, inscrito na OAB/SP sob o nº 197.336.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		08/05/2023	Não	18/06/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome CHAO EN HUNG **CPF:** 050.245.498-99 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresária **Data de Nascimento:** 09/03/1965

Experiência Profissional: Graduação em Medicina na Universidade de São Paulo (USP). Agropecuarista há 36 anos. Trabalhou no mercado financeiro por 18 anos. Atua como Diretora Presidente contratada na Companhia Minuano de Alimentos desde 2021. Em 03/06/2024 foi eleita como Diretora nas Companhias controladas Sulaves S/A e Valepar S/A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	Presidente do Conselho de Administração	Diretora Presidente contratada na Companhia Minuano de Alimentos.	08/05/2023	Não	18/06/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FRANCISCO ASCLÉPIO BARROSO AGUIAR

CPF: 170.810.253-15

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Empresário

Data de Nascimento: 19/02/1961

Experiência Profissional:

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico-Nuclear, Matemático e Pós-Graduado em Engenharia Nuclear, Engenharia Metalúrgica, Subárea Ciência de Materiais, pós-graduado em Tecnologia da Informação (TI) e Análise de Sistemas. Principais experiências: Membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: La Fonte Fechaduras S.A; La Fonte Investimentos S.A; La Fonte Telecomunicações S.A; Jereissati Telecom S.A; Jereissati Participações; Iguatemi S/A - de 1996 até 2022. Cias Abertas com Registro na CVM. Presidente do Conselho de Administração (Chairman of the Board) da Recrusul S/A em 2009. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Diretor de Relações com Investidores (DRI) da Recrusul S/A em 2009. Cia Aberta com Registro negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Presidente do Conselho Fiscal da Telemar - TeleBahia de 1996 a 1999. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Membro do Conselho Fiscal da Telemar - TeleCeará de 1996 a 1999. Cia Aberta com Registro na CVM. Membro Suplente do Conselho Fiscal da Energisa – Mato Grosso - Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Membro do Conselho de Administração (Board) da Cia Minuano de Alimentos (MINUPAR) de 2001 até 2009. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Membro do Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S/A de 1997 até 2004. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Membro do Conselho Fiscal da Fertiza - Companhia Nacional de Fertilizantes - Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Coordenador de Projetos de Grande Porte - 2003 - 2022.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	Conselho de Administração (Efetivo)		05/08/2023	Não	28/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

HENRIQUE BARCELOS
ERCOLI

CPF:

326.166.028-73

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

11/08/1983

Experiência Profissional:

Advogado com atuação de 16 anos em Direito Tributário e Direito Empresarial, formado em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID em dezembro de 2006, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo sob o nº 256.951 desde 20/04/2007. Especialista em Direito Tributário pela PUC/SP em 2009. Sócio proprietário do escritório de advocacia ERCOLI SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrito no CNPJ nº. 25.377.793/0001-93 Sócio proprietário da empresa de Consultoria ENGIER CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EMPRESARIAL – EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 08.464.038/0001-27 Sócio proprietário da empresa SAFH - GESTAO E PARTICIPACOES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 31.283.119/0001-42.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		08/05/2023	Não	28/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

LIVIA TOSHIE SUGUITA
CHAO

CPF:

076.434.648-20

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Empresária

Data de Nascimento:

13/01/1962

Experiência Profissional:

Conselheira de Administração da Minupar Participações no período de junho de 2021 a abril de 2022. Sócia de diversas empresas, atuando principalmente no setor de logística e financeiro.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	Conselho de Administração (Efetivo)		08/05/2023	Não	15/12/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	MARGARETH SCHACHT HERRMANN	CPF:	002.407.460-82	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Química Industrial de Alimentos	Data de Nascimento:	09/08/1983
------	----------------------------	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	-------------	---------------------------------	---------------------	------------

Experiência Profissional: Graduada em Química Industrial de Alimentos pela UNIJUI / UERGS em 2006; Pós graduanda MBA em Administração em Agronegócios e Biotecnologia - UNINTER. Atua há 17 anos no ramo de frigoríficos, nas Áreas de Qualidade, Excelência Industrial e Administração. Já atuou em empresas como Senfter, BRF, Marfrig e JBS. Atualmente é Diretora das Companhias controladas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos eleita em 28/04/2023 e reeleita em 26/04/2024, com mandato de 01 ano. Na Companhia Minuano atua desde abril de 2016.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	Vice Presidente Cons. de Administração	Diretora das Companhias controladas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos eleita em 28/04/2023, com mandato de 01 ano.	08/05/2023	Não	18/06/2021
Diretoria	23/05/2024	1 ano	Diretor Presidente / Superintendente		24/05/2024	Não	24/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARIA APARECIDA GOMES SIQUEIRA **CPF:** 362.605.921-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 20/09/1968

Experiência Profissional: Formada na Faculdade Superior FMV em 2004 – São Paulo. Pós Graduação Administração Hospitalar – Faculdade São Camilo – São Paulo -2007; Trabalhou na Empresa Solidez por 13 anos e atualmente é empresária.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Não	18/06/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ **CPF:** 136.012.018-10 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 18/05/1970

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Econômicas, especializada em Governança Corporativa, com foco na atuação em Conselhos de Companhias Abertas. Desde 2015 atua como Conselheira Fiscal de Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Fechado em Companhias de renome no mercado sendo reinvestida no cargo por vários exercícios consecutivos: São Martinho S.A. (Titular desde julho/2022); Companhia de Saneamento do Básico do Estado de São Paulo - SABESP. (Titular desde abril/21 e Suplente de abril/2016 a abril/2017); WLM Participações e Comercio de Máquinas e Veículos S.A. (Titular desde abril/20, além de Suplente de abril/2017 a abril/2020 e abril/2015 a abril/2016); Minupar Participações S.A. (Titular desde junho/2021); Whirlpool S.A. (Suplente desde abril/21 e abril/18 a julho/20); Bicicletas Monark S.A. (Suplente desde abril/2017); Pettenati Indústria Têxtil S.A (Suplente desde outubro/2016); Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa (Suplente desde abril/2018); Tronox Pigmentos do Brasil S.A. (Suplente desde abril/2018 e abril/2015 a abril/2017); Rossi Residencial S.A. (Suplente desde abril/2020); Banco Pine S.A. (Suplente desde julho/2022).No período de 2013 a 2019 trabalhou na Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda/ Jorge Lepeltier Consultores Associados, na coordenação financeira, administrativa e governança corporativa.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		08/05/2023	Não	18/06/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	MURICI DOS SANTOS	CPF:	248.933.788-21	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Advogado	Data de Nascimento:	03/08/1975
------	-------------------	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	-------------	----------	---------------------	------------

Experiência Profissional: História- Licenciatura Plena – Universidade Guarulhos / 2000 a 2002; Bacharel em Direito – Universidade Guarulhos / 2003 a 2007; Pós-Graduação em Direito Corporativo e Compliance – EPD– cursando, conclusão no 1º semestre/2022. Especialização em Direito Societário pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (2013/2014).Experiência Profissional: 06/2001 / Atual - Consultoria em Governança Corporativa, prestando serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas societária e de governança corporativa, especialmente na atuação em Conselhos Fiscais como membro titular e suplente, de Companhias de renome no mercado, conforme relação de empresas ao final deste currículo. Experiência em Órgãos Colegiados: Drogasil S/A (Suplente -2006/2008); Polialden Petroquímica S.A (Suplente- 2006/2007); Mamp;G Poliéster S.A (Suplente - 2006/2011); Tafibrás Participações S.A (Titular - 2007/2008); Bicletas Monark S.A (Suplente - 2008/2011); Banco Nossa Caixa S.A (Titular -2008/2009); Medial Saúde S.A (Titular - 2008/2009) ; Santos Brasil S.A (Suplente - 2008/2009) ; Telemig Celular S.A (Suplente – 2008/2009); AES Tietê S.A (Suplente -2009/2010); Companhia Paranaense de Energia – Copel (Titular - 2010/2011); Pettenati S.A Indústria Têxtil (Suplente - 2011/2012); Anhembí Morumbi (Titular - 2012/2013); Cristal Pigmentos do Brasil S.A (Suplente - 2013/2014); HRT Participações em Petróleo S.A (Suplente - 2013/2014); Guararapes Confeccções S.A (Suplente - 2014/2021); Triunfo Participações e Investimentos S.A. (Suplente - 2014/2018), Têxtil Renauxview S.A. (Titular - 2014/2015); Rio Parapanema S.A. (Suplente - 2014/2021), Rossi Residencial S.A (Suplente -2015/2018), Tarpon Investimentos S.A (Suplente - 2016/2018); Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. (Suplente – 2017/2021); Vulcabras Azaleia S.A. (Suplente 2018/2021); Valid Soluções S.A (Titular - 2015/2019 – Suplente: 2019/2021); Metalgrafica Iguaçu S.A(Suplente - 2021/2022); Eucatex S.A Industria e Comércio (Titular - 2017/2018 e 2020/ 2021); Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (Titular - 2017/2022); Minupar Participações S.A (Suplente - 2022/2024) International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A (Titular – 2021/2022 – Presidente do Órgão). Pettenati S.A Indústria Têxtil (2019/2021); Companhia, Guararapes Confeccções S.A (Titular- 2021/2021 – Presidente do Órgão) Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A. (2019/2021); e Rossi Residencial S.A (Titular - 2018/2021 – Presidente do Órgão).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas			Não	18/06/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome TIAGO FONSECA SIQUEIRA **CPF:** 008.847.390-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 30/04/1985

Experiência Profissional: Contador, formado pela PUC-RS (2006), com especialização em Controladoria e Planejamento Tributário pela Faculdade São Francisco de Assis (2009) além de MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (2016). Profissional com 19 anos de experiência na área financeira, Tiago Siqueira ocupou nos últimos anos a função de CFO no Grupo Sullab (2022 a 2020) e na Salux Technology (2020), como Controller na Irgovel (2019 a 2012) além de auditor na KPMG (2011 a 2005). Atualmente é Diretor das Companhias controladas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos eleito em 28/04/2023 e reeleito em 26/04/2024, com mandato de 01 ano.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	23/05/2024	1 ano	Diretor de Relações com Investidores		24/05/2024	Não	10/11/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não mantém comitês estruturados.

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
CHAO EN HUNG	050.245.498-99	MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	90.076.886/0001-40	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO	076.434.648-20	MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	90.076.886/0001-40	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Conselheira de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO	076.434.648-20	MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	90.076.886/0001-40	
Conselheira de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
CHAO EN HUNG	050.245.498-99	MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	90.076.886/0001-40	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor

CHAO EN HUNG	050.245.498-99	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ZZL PARTICIPAÇÕES S.A.	11.743.875/0001-08		
Administradora da controladora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

CHAO EN HUNG	050.245.498-99	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ZZL PARTICIPAÇÕES S.A.	11.743.875/0001-08		
Administradora da controladora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.7 Acordos/seguros de administradores

ACORDOS E SEGUROS DE ADMINISTRADORES

Durante o exercício social de 2023, a Companhia contratou apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores, a fim de garantir indenização e/ou reembolso de eventuais despesas incorridas pelos administradores da Companhia (Directors and Officers Liability - D&O), com vigência até 10 de agosto de 2024, com um limite global de R\$50 milhões.

O seguro foi contratado observando as melhores práticas de mercado, com objetivo de garantir os custos de defesa e indenizações decorrentes de processos judiciais/administrativos atrelados às suas funções como administradores da Companhia e das controladas.

Cabe destacar que a cobertura do seguro não se aplica em caso de atos praticados com dolo ou culpa grave, com base em penalidade aplicada em razão de ato praticado no exercício da sua função como administrador, sem a intenção de lesar a Companhia ou a terceiros. Este tipo de garantia aos administradores da Companhia e suas controladas, contribui para a atração e o bom desempenho dos profissionais que atuam na alta administração da Companhia e suas controladas.

Anteriormente haviam sido realizados orçamentos com corretoras de seguros em diversas oportunidades, contudo, tendo sido verificado custo bastante elevado diante das condições financeiras da Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Assembleia Ordinária de 2024, que havia sido convocada para se realizar em 26.04.2024 às 10h, teve sua realização suspensa por decisão judicial liminar proferida pelo Juízo do Juizado Regional Empresarial da Comarca de Pelotas, nos autos do processo nº 5014361-69.2024.8.21.0022 ajuizado pelo acionista minoritário Welinton Balderrama dos Reis.

A emissora divulgou fato relevante no dia 26 de abril de 2024 informando aos seus acionistas e ao mercado em geral sobre o assunto, contudo, depende de nova decisão judicial para realização da Assembleia.

As informações detalhadas sobre o processo foram inseridas no item 4.4 deste Formulário.

8.1 Política ou prática de remuneração

POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia não formalizou Política de Remuneração dos Administradores formalizada, sendo que as práticas utilizadas se alinham aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

A definição da remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria ocorre em reunião do Conselho de Administração e leva em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções, assim como, as condições financeiras da Companhia.

A exemplo disso, a remuneração proposta para os membros a serem eleitos na Assembleia Ordinária de 2024, levou em consideração as condições da Companhia e o valor que vinha sendo praticado desde o ano de 2023. Contudo, não tendo sido realizada a Assembleia em virtude de determinação judicial (descrito no item 7.8), em maio de 2024 foi deliberada pelo Conselho de Administração a redução da remuneração de toda a administração, considerando que a operação do grupo está centralizada na controlada Minuano, a qual foi fortemente atingida pelas enchentes (descrito no item 2.11).

c. composição da remuneração

Por prática, a remuneração anual é composta de honorários mensais fixos mais parcela extra mês de dezembro, podendo ainda, eventualmente, ser deliberado pelo Conselho de Administração o pagamento de um valor extra a título de bonificação, considerando o resultado alcançado pela Companhia após o encerramento do exercício social, sendo sempre observado o limite aprovado em Assembleia Geral.

8.1 Política ou prática de remuneração

No mês de janeiro de 2024, foi realizado o pagamento de bonificação relativa ao exercício social de 2023.

A Companhia não tem por prática efetuar pagamento de outro tipo de remuneração variável, bem como não tem membros não remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos administradores é totalmente suportada pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	2,33	3	10,33
Nº de membros remunerados	3	2,33	3	8,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	167.500,00	133.125,00	161.250,00	461.875,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	50.000,00	30.000,00	0,00	80.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Foi realizado pagamento de bônus no mês de janeiro de 2024, relativo ao exercício social de 2023. Houve uma redução no valor previsto para 2024 em razão da deliberação do Conselho de Administração para diminuição das remunerações individuais e da apresentação de renúncia da remuneração pelas Conselheiras Chao En Hung, Livia Chao e Margareth Herrmann. Com a realização da eleição dos novos administradores em Assembleia Ordinária, é possível que haja alteração dos valores previstos.	Foi realizado pagamento de bônus no mês de janeiro de 2024, relativo ao exercício social de 2023. Houve uma redução no valor previsto para 2024 em razão da deliberação do Conselho de Administração para diminuição das remunerações individuais. Com a realização da eleição dos novos administradores em Assembleia Ordinária, é possível que haja alteração dos valores previstos.	Houve uma redução no valor previsto para 2024 em razão da deliberação do Conselho de Administração para diminuição das remunerações individuais. Com a realização da eleição dos novos administradores em Assembleia Ordinária, é possível que haja alteração dos valores previstos.	
Total da remuneração	217.500,00	163.125,00	161.250,00	541.875,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	2,17	3	10,17
Nº de membros remunerados	5	2,17	3	10,17
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	325.000,00	139.333,00	159.000,00	623.333,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	325.000,00	139.333,00	159.000,00	623.333,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	2	3	10,00
Nº de membros remunerados	5	2	3	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	134.967,00	52.000,00	78.067,00	265.034,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	16.333,00	8.000,00	0,00	24.333,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	151.300,00	60.000,00	78.067,00	289.367,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11,00
Nº de membros remunerados	6	2	3	11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	121.474,00	60.867,00	44.600,00	226.941,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	24.000,00	8.000,00	0,00	32.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	145.474,00	68.867,00	44.600,00	258.941,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	2,33		7,33
N° de membros remunerados	5	2,33		7,33
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	50.000,00	30.000,00		80.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	2		7,00
N° de membros remunerados	5	2		7,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	16.333,00	8.000,00		24.333,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6	2		8,00
N° de membros remunerados	6	2		8,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	24.000,00	8.000,00		32.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Não houve outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e não estão previstas outorgas para o exercício social corrente.

8.7 Opções em aberto

OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA

Não há opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

OPÇÕES EXERCIDAS RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, SOB A FORMA DE AÇÕES A SEREM ENTREGUES DIRETAMENTE AOS BENEFICIÁRIOS

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

8.10 Outorga de ações

OUTORGA DE AÇÕES

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em outorga de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

8.12 Precificação das ações/opções

DESCRIÇÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 8.5 A 8.11

Não foram divulgados dados nos itens 8.5 e 8.11, do mesmo modo, a Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais.

8.13 Participações detidas por órgão

INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES QUE SEJAM DETIDAS POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL

No final do último exercício social encerrado, o Conselho de Administração detinha, direta ou indiretamente, 829.129 ações ordinárias emitidas pela Minupar Participações S.A. e a Diretoria detinha 3.810 ações ordinárias. O Conselho Fiscal não detinha ações.

8.14 Planos de previdência

PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR

A Companhia não confere planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	2,17	2	2	5	5	6	3	3	3
Nº de membros remunerados	2,17	2	2	5	5	6	3	3	3
Valor da maior remuneraçãoReal	65.000,00	30.000,00	30.000,00	65.000,00	30.000,00	30.000,00	53.000,00	26.000,00	14.867,00
Valor da menor remuneraçãoReal	65.000,00	30.000,00	30.000,00	65.000,00	30.000,00	30.000,00	53.000,00	26.000,00	14.867,00
Valor médio da remuneraçãoReal	65.000,00	30.000,00	34.433,00	65.000,00	30.260,00	25.246,00	53.000,00	26.022,00	14.867,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2021		Conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022		Conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022		Conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.
31/12/2021	De modo diverso da orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, em 2021 foi considerado o período parcial, pois o Conselho Fiscal foi instalado apenas no mês de junho.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA

A Companhia não dispõe de instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO REFERENTE A MEMBROS QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES

Órgão	2023	2022	2021
Conselho de Administração	40,00%	45,63%	46,56%
Diretoria Executiva	-%	-%	12,87%
Conselho Fiscal	-%	-%	-%

8.18 Remuneração - Outras funções

REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM

No exercício social de 2021 foi reconhecido o pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$150.000,00 ao Vice-Presidente do Conselho de Administração à época, Sr. Welinton Balderrama dos Reis, para atuação no processo nº 017/1.13.0002978-6 (descrito no item 4.4 deste Formulário), como advogado.

Para os demais membros da administração, nos três últimos exercícios não foram reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração por qualquer razão que não as funções que ocupam na administração da Companhia e de suas controladas.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR**

A remuneração dos administradores é totalmente suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

8.20 Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da situação econômica decorrente das enchentes que atingiram a região do Vale do Taquari e as unidades produtivas da controlada Companhia Minuano de Alimentos (descrito no item 2.11), em 23 maio de 2024 o Conselho de Administração deliberou a redução de 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração individual de todos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Por este mesmo motivo, as Conselheiras Chao En Hung, Livia Chao e Margareth Herrmann renunciaram ao recebimento de remuneração.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	012360		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
BAKER TILLY BRASIL RS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES	Juridica	21.601.212/0001-02	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
26/04/2018	01/01/2018		
Descrição dos serviços prestados			
- 2018: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2018, 30 de junho de 2018, 30 de setembro de 2018 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2018. - 2019: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2019, 30 de junho de 2019, 30 de setembro de 2019 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2019. - 2020: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2020, 30 de junho de 2020, 30 de setembro de 2020 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2020. - 2021: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2021, 30 de junho de 2021, 30 de setembro de 2021 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2021. - 2022: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2022, 30 de junho de 2022, 30 de setembro de 2022 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2022.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
(i) 2019 : Remuneração anual dos auditores - R\$ 93.600,00, referente a honorários para os serviços de revisão especial às informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2019, 30 de junho de 2019, 30 de setembro de 2019 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2019. Em 2019 não houve nenhum outro tipo de serviço não relacionado à auditoria externa. (ii) 2020 : Remuneração anual dos auditores - R\$ 97.287,84, referente a honorários para os serviços de revisão especial às informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2020, 30 de junho de 2020, 30 de setembro de 2020 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2020. Em 2020 não houve nenhum outro tipo de serviço não relacionado à auditoria externa. (iii) 2021 : Remuneração anual dos auditores - R\$ 101.101,56, referente a honorários para os serviços de revisão especial às informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2021, 30 de junho de 2021, 30 de setembro de 2021 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2021. Em 2021 não houve nenhum outro tipo de serviço não relacionado à auditoria externa. (iv) 2022 : Remuneração anual dos auditores - R\$ 112.896,69, referente a honorários para os serviços de revisão especial às informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2022, 30 de junho de 2022, 30 de setembro de 2022 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2022. Em 2022 não houve nenhum outro tipo de serviço não relacionado à auditoria externa.			
Justificativa da substituição			
Rodízio obrigatório.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica.			

.....

Código CVM do Auditor	011274		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	

GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	10.830.108/0004-08
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
16/02/2023	01/01/2023	
Descrição dos serviços prestados		
- 2023: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023, 30 de setembro de 2023 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2023. - 2024: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2024, 30 de junho de 2024, 30 de setembro de 2024 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2024.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
- 2023: A remuneração anual dos auditores foi de R\$138 mil, para a revisão das Informações Trimestrais de 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023, 30 de setembro de 2023 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2023. - 2024: A remuneração anual dos auditores será de R\$162 mil, para a revisão das Informações Trimestrais de 31 de março de 2024, 30 de junho de 2024, 30 de setembro de 2024 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2024. Este valor será atualizado pelo IPCA a cada 12 meses.		
Justificativa da substituição		
A substituição visa a redução de custos, tendo em vista a proposta de menor valor apresentada pela empresa substituta.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não se aplica.		

Código CVM do Auditor	010324	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	Juridica	54.276.936/0001-79
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
31/03/2025	01/01/2025	
Descrição dos serviços prestados		
- 2024: Prestação de Serviços de Consultoria Tributária, consubstanciada na elaboração de parecer fiscal. - 2025: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025, 30 de setembro de 2025 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2025.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
- 2024: Remuneração foi de R\$16.618,08 para os Serviços de Consultoria Tributária. - 2025: A remuneração anual dos auditores será de R\$132 mil, para a revisão das Informações Trimestrais de 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025, 30 de setembro de 2025 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2025.		
Justificativa da substituição		
Não se aplica		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não se aplica		

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

CONFLITO DE INTERESSE, PERDA DE INDEPENDÊNCIA OU OBJETIVIDADE DE SEUS AUDITORES INDEPENDENTES

Não se aplica, pois os auditores independentes não foram contratados pela Companhia e suas controladas para prestar serviços além da auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

Documento não preenchido.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	20	28	0	0	0
Não-liderança	1414	1165	0	0	00
TOTAL = 2.627	1434	1193	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	1	47	0	0	0	0	0
Não-liderança	11	1.744	557	254	11	0	2
TOTAL = 2.627	12	1791	557	254	11	0	2

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	8	34	6
Não-liderança	791	1235	553
TOTAL = 2.627	799	1269	559

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança			
Não Liderança			
TOTAL	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	1	47	0
Não-liderança	0	0	0	0	2579	0
TOTAL = 2.627	0	0	0	1	2626	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	1	0	0	0	0
Sul	1433	1193	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 2.627	1434	1193	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	1	0	0	0	0	0	0
Sul	11	1791	557	254	11	0	2
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 2.627	12	1791	557	254	11	0	2

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	0	1
Sul	799	1269	558
Exterior	0	0	0
TOTAL = 2.627	799	1269	559

10.1 Descrição dos recursos humanos

RECURSOS HUMANOS DO EMISSOR

As informações prestadas abaixo são consolidadas do emissor e suas controladas, as quais possuem apenas operação no Brasil.

b. número de terceirizados

A Companhia possui contratos com pessoas jurídicas que realizam determinadas atividades acessórias do seu objeto social, como segurança patrimonial, limpeza, controle de pragas, restaurante, lavanderia, entre outros. No entanto, apesar de fiscalizá-las, não possui qualquer tipo de gerência sobre os empregados destas empresas que realizarão os serviços, podendo variar a quantidade de acordo com o entendimento da contratada.

c. índice de rotatividade

O índice de rotatividade média de empregados em 2023 foi de 5,61%.

10.2 Alterações relevantes

ALTERAÇÃO RELEVANTE OCORRIDA COM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 10.1

Não ocorreram alterações relevantes com relação ao divulgado no item anterior.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO EMISSOR

As informações prestadas abaixo são consolidadas do emissor e suas controladas.

a. política de salários e remuneração variável

Os empregados da Companhia recebem principalmente remuneração fixa e benefícios, como, plano de saúde, prêmios, Participação nos Lucros e Resultados, entre outros.

b. política de benefícios

A política de benefícios destinados aos empregados da Companhia busca prestar melhores condições sociais e incentivar o comprometimento com a empresa. São oferecidos: cesta básica, auxílio escolar, plano de saúde, transporte, prêmio por tempo de serviço, sorteios de brindes mensais, folgas, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), dentre outros.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

A Companhia não adota planos de remuneração baseados em ações aos empregados não-administradores.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados

A razão entre a maior remuneração individual reconhecida em 2023 e a mediana da remuneração individual dos empregados, desconsiderando-se a maior remuneração individual, ambas conforme reconhecidas no resultado do último exercício social, corresponde a 10,37.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
37.897,95	3.655,70	10,37
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

RELAÇÕES ENTRE O EMISSOR E SINDICATOS

Todos os empregados da Companhia são representados por sindicatos dos trabalhadores da indústria da alimentação, abrangidos por acordos coletivos firmados com três sindicatos no Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos, a Companhia manteve um bom relacionamento com os Sindicatos, não tendo ocorrido greves, paralisações ou conflitos relevantes. Além disso, entende que o relacionamento baseado em diálogo e concessões é benéfico para a empresa e seus empregados, observando a legislação vigente.

10.5 Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Além da remuneração e benefícios ordinários da relação de trabalho, nos episódios de enchentes que ocorreram na região em que está localizada a empresa, como descrito no item 1.16, a emissora e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos ainda realizaram doações e campanhas de arrecadação para prestar auxílio para os seus empregados que foram atingidos pelas enchentes, assim como a própria companhia.

Nestas ações, o setor de Recursos Humanos da controlada atuou ativamente no suporte aos empregados, a fim de conhecer as necessidades individuais e garantir que pudessem retomar as suas atividades laborais em condições dignas.

Foram realizadas doações de agasalhos, cestas básicas, materiais de limpeza e higiene pessoal, roupas de cama, entre outros.

11.1 Regras, políticas e práticas

REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO EMISSOR QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia não possui regra ou política formal sobre partes relacionadas, entretanto segue as normas e legislação aplicáveis sobre o assunto. A realização pela Companhia de operações e negócios com partes relacionadas é amparada por análises prévias de suas condições, visando sempre o melhor interesse da Companhia.

Dessa forma, nas transações efetuadas com partes relacionadas são analisados preços, condições e práticas usuais de mercado, sempre baseadas no objeto de cada transação, visando não gerar qualquer benefício ou prejuízo que não sejam decorrentes de condições normais de mercado a qualquer uma das partes.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	22/03/2012	1.364.850,00	37.577.458,21	0	Indeterminado	2,340000
Relação com o emissor	Acionista. Quando o contrato de mútuo foi firmado, era também Conselheiro de Administração (vice-presidente) e Diretor Presidente da Companhia Minuano de Alimentos (controlada).					
Objeto contrato	Mútuo - Passivo					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Pagamento de obrigações. Saldo existente atualizado para 31/12/2023. O mútuo permanece em aberto em razão de ser objeto de discussão no processo judicial de execução de título extrajudicial nº 017/1.17.0000100-5. As informações mais detalhadas sobre o processo são encontradas no item 4.4 deste Formulário de Referência.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira. Conforme preceitua a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil) e à Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia devem exercer seu direito a voto nas Assembleias Gerais no interesse da Companhia, não podendo votar nas deliberações que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Companhia ou a outros acionistas. O acionista e/ou administrador responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido.

A Companhia não adota mecanismos formais adicionais, além do previsto na legislação, em especial à Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil) e à Lei das Sociedades por Ações, para identificar e tratar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A realização pela Companhia de operações e negócios com partes relacionadas é amparada por análises prévias de suas condições, visando sempre o melhor interesse da Companhia. Dessa forma, nas transações efetuadas com partes relacionadas são analisados preços, condições e práticas usualmente de mercado visando não gerar qualquer benefício ou prejuízo que não sejam decorrentes de condições normais de mercado a qualquer uma das partes.

As operações envolvendo partes relacionadas que não façam parte do grupo Minupar, estão formalizadas mediante celebração de contratos de mútuos, nos quais os juros atribuídos nas operações foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

11.3 Outras informações relevantes

Documento não preenchido.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
03/06/2016		120.107.800,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
7.100.100	0	7.100.100

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
03/06/2016		0,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.500.000.000	0	1.500.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

EMISSORES ESTRANGEIROS DEVEM DESCREVER OS DIREITOS DE CADA CLASSE E ESPÉCIE DE AÇÃO EMITIDA E AS REGRAS DE SEU PAÍS DE ORIGEM E DO PAÍS EM QUE AS AÇÕES ESTEJAM CUSTODIADAS

Não se aplica, pois emissor não é estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram informados valores mobiliários no item 12.3

12.5 Mercados de negociação no Brasil

MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO

As ações do emissor são admitidas à negociação na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código "MNPR3".

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A emissora não disponibiliza ações para negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A emissora não tem títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Nos três últimos exercícios o emissor não efetuou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

12.9 Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Margareth Schacht Herrmann	Diretor Presidente	Registrado	
Tiago Fonseca Siquiera	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

Eu, **Margareth Schacht Herrmann**, na qualidade de Diretora Presidente da Minupar Participações S.A., declaro que revi o Formulário de Referência da Companhia, que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20, e que as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

margareth.herrmann@minuano.com.br



Assinado

Margareth Schacht Herrmann

D4Sign

Margareth Schacht Herrmann

Diretora Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Eu, **Tiago Fonseca Siqueira**, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Minupar Participações S.A., declaro que revi o Formulário de Referência da Companhia, que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20, e que as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

tiago.siqueira@minuano.com.br

Assinado
 *Tiago Fonseca Siqueira*
D4Sign
Tiago Fonseca Siqueira

Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.